

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE

ELEN BRUNA PEREIRA VICENTE

**REDES SOCIAIS *ONLINE* & PROMOÇÃO DA SAÚDE:
ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS RELACIONADOS AO
CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NA PÁGINA DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE NO FACEBOOK**

MARINGÁ

2019

ELEN BRUNA PEREIRA VICENTE

**REDES SOCIAIS *ONLINE* & PROMOÇÃO DA SAÚDE:
ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS RELACIONADOS AO
CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NA PÁGINA DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE NO FACEBOOK**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Picinin Bernuci
Coorientador: Prof. Dr. Tiago Franklin Rodrigues Lucena

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V632r Vicente, Elen Bruna Pereira.

Redes sociais online & promoção da saúde: análise dos comentários relacionados ao câncer do colo de útero na página do Ministério da Saúde no Facebook / Elen Bruna Pereira. Maringá-PR: UNICESUMAR, 2019.

54 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Picinin Bernuci.

Coorientador: Prof. Dr. Tiago Franklin Rodrigues Lucena.

Dissertação (mestrado) – UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, 2019.

Leila Nascimento – Bibliotecária – CRB 9/1722
Biblioteca Central UniCesumar

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELEN BRUNA PEREIRA VICENTE

**REDES SOCIAIS *ONLINE* & PROMOÇÃO DA SAÚDE:
ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS RELACIONADOS AO
CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NA PÁGINA DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE NO FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde do Centro
Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Promoção da Saúde pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Marcelo Picinin Bernuci
Centro Universitário de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Graça Penha Nascimento Rosseto
Universidade Estadual de Maringá (Membro Externo)

Profa. Dra. Tânia Maria Gomes da Silva
Centro Universitário de Maringá (Membro Interno)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus
que sempre direcionou minha vida
e fez coisas incríveis por mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permanecer ao meu lado em todos os momentos, dirigindo meus planos e me concedendo a sabedoria e a resiliência necessária para concretização desse sonho.

A PROSUP/CAPES, pelo apoio financeiro, que possibilitou meus estudos e pesquisas.

A coordenadora do PPGPS Prof^a Sonia Maria Marques Gomes Bertolini e todos os funcionários do programa.

Ao meu orientador, prof. Dr. Marcelo Picinin Bernuci, exemplo de mestre e pesquisador, que com maestria me orientou e esteve presente em todos os momentos, enriquecendo meu aprendizado durante esses anos. A ele minha admiração e gratidão!

Ao meu coorientador Prof. Tiago Franklin Rodrigues Lucena.

Ao prof. Dr. Lucas França Garcia por todo auxílio ao longo da pesquisa.

As professoras da banca examinadora, pela sua disponibilidade, contribuições e valiosas sugestões.

Aos meus pais e namorado que sempre se fizeram presentes ao longo dessa jornada me ajudando e dando todo suporte necessário.

Aos colegas e amigos de mestrado que tornaram esse caminho mais suave e contribuíram para realização dessa pesquisa.

REDES SOCIAIS *ONLINE* & PROMOÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS RELACIONADOS AO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NA PÁGINA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO FACEBOOK

RESUMO

O objetivo da presente dissertação foi avaliar como as postagens sobre o câncer do colo do útero pelo MS no *Facebook* são recebidas pelos usuários. Trata-se de um estudo descritivo do tipo retrospectivo com abordagem quali-quantitativa que analisou as postagens relacionadas ao câncer do colo do útero entre os anos de 2012 a 2018. A extração dos dados foi realizada com auxílio da ferramenta NCapture do *software* de análise de métodos mistos QSR NVIVO 12 para *Windows*, utilizando palavras-chave relacionadas com o tema. Um total de 246.654 registros foram extraídos da página do MS no *Facebook*, dos quais 2.427 eram comentários, tanto do MS quanto de usuários. Após utilização dos descritores de busca, 50,06% dos comentários foram agrupados a partir do descritor “HPV”; 29,87% do descritor “útero”; 10,96% do descritor “março lilás”; 4,99% do descritor “Papanicolau”; e 4,12% do descritor “preventivo”. A análise textual do conteúdo dos comentários gerou um total de 5031 palavras em que as mais frequentes foram HPV (21,49%), útero (13,16%) e vacina (6,66%). As palavras que mais se relacionam com o tema, como preventivo e Papanicolau, apareceram com menor frequência (2,58 e 2,44%, respectivamente). Conclui-se que o MS tem garantido postagens para discussões sobre o câncer do colo do útero em sua página no *Facebook*, porém, baseada na análise de conteúdo dos comentários, o foco das ações ainda está concentrado sobre a vacinação contra o HPV.

Palavras chave: promoção da saúde; comunicação em saúde; doenças crônicas não transmissíveis.

ONLINE SOCIAL NETWORKS & HEALTH PROMOTION: ANALYSIS OF COMMENTS RELATED TO UTERINE CANCER ON THE MINISTRY OF HEALTH PAGE ON FACEBOOK

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to evaluate how the Facebook posts about cervical cancer by the Brazilian Health Ministry (BHM) are received by users. This is a descriptive retrospective study with a qualitative and quantitative approach that analyzed the postings related to cervical cancer from 2012 to 2018. Data extraction was performed with the NCapture's aid tool of the analysis mixed methods QSR NVIVO 12 for Windows software using theme-related keywords. A total of 246,654 records were extracted from the BHM's Facebook page, of which 2,427 were comments from both MS and users. After using the search descriptors, 50.06% of the comments were grouped from the "HPV" descriptor; 29.87% of the descriptor "uterus"; 10.96% of the descriptor "march lilac"; 4.99% of the descriptor "Pap smear"; and 4.12% of the "preventive" descriptor. The textual analysis of the comments' content generated a total of 5031 words where the most frequent were HPV (21.49%), uterus (13.16%) and vaccine (6.66%). The words most related to the theme, such as preventive and Pap smear, appeared less frequently (2.58 and 2.44%, respectively). It is concluded that the BHM has guaranteed posts to discuss cervical cancer on its Facebook page, however, based on content analysis of post comments, the focus of actions is still focused on HPV vaccination.

Keywords: health promotion; health communication; noncommunicable chronic diseases.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Distribuição de frequência dos comentários do MS e dos usuários agrupados por descritores de busca..... | 32 |
| Tabela 2. Distribuição de frequências da interação dos usuários com o MS identificados por descritores de busca..... | 37 |
| Tabela 3. Distribuição de frequências dos comentários do MS agrupados por tipo de prevenção..... | 38 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. Fluxograma relativo às etapas de desenvolvimento do estudo. | 29 |
| Figura 2. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do Ministério da Saúde no Facebook. | 33 |
| Figura 3. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no Facebook utilizando o descritor “útero”..... | 34 |
| Figura 4. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no Facebook utilizando o descritor “HPV”..... | 34 |
| Figura 5. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no Facebook utilizando o descritor “março lilás”. | 35 |
| Figura 6. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no Facebook utilizando o descritor “preventivo”..... | 36 |
| Figura 7. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no Facebook utilizando o descritor “Papanicolau”. | 36 |

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 OBJETIVO GERAL | 12 |
| 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 12 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA..... | 13 |
| 2.1 EMPODERAMENTO EM SAÚDE | 13 |
| 2.2 REDES SOCIAIS <i>ONLINE</i> E EMPODERAMENTO EM SAÚDE..... | 16 |
| 2.3 O CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NO BRASIL..... | 20 |
| 2.4 REDES SOCIAIS <i>ONLINE</i> E PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO | 25 |
| 3 METODOLOGIA | 28 |
| 3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO..... | 28 |
| 3.2 EXTRAÇÃO DOS DADOS | 30 |
| 3.3 REFINAMENTO DOS DADOS | 30 |
| 3.4 ANÁLISE DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS | 30 |
| 3.5 ANÁLISE DA INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O MS | 31 |
| 3.6 ANÁLISE TEMÁTICA DOS DADOS..... | 31 |
| 3.7 APRESENTAÇÃO DOS DADOS..... | 32 |
| 4. RESULTADOS..... | 32 |
| 4.1 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS COMENTÁRIOS DO MS E DOS USUÁRIOS POR DESCRITOR DE BUSCA..... | 32 |
| 4.2 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DOS COMENTÁRIOS DO MS E DOS USUÁRIOS 33 | |
| 4.3 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DOS COMENTÁRIOS DO MS E DOS USUÁRIOS POR DESCRITOR DE BUSCA | 33 |
| 4.4 INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O MS SOBRE O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO | 37 |
| 4.5 ANÁLISE TEMÁTICA DOS COMENTÁRIOS DO MS SOBRE O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO..... | 37 |
| 4.6 INTERAÇÃO DO MS COM OS USUÁRIOS POR MEIO DE FALAS..... | 38 |
| 5. DISCUSSÃO | 40 |
| 6. CONCLUSÃO | 44 |
| REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação e comunicação estão mudando a forma e qualidade da prestação de serviços relacionados à saúde uma vez que as informações de saúde são entregues ou aprimoradas por meio de tecnologias baseadas na Internet, a chamada saúde eletrônica (eHealth) (KIM; ZUCKERMAN, 2019). Além disso, destaca-se também a saúde móvel (mHealth) como um subconjunto de saúde eletrônica que se refere à prestação de serviços relacionados à saúde por meio da tecnologia de comunicações móveis (HOBSON et al., 2019). Os exemplos de soluções de saúde móvel incluem comunicação com o paciente, troca de dados no ponto de atendimento, monitoramento remoto de dispositivos médicos, alertas de saúde pública e educação do paciente (FEDELE et al., 2019; OIKONOMIDI et al., 2019).

Estudos recentes têm demonstrado o potencial do uso de intervenções de saúde móvel na melhoria dos resultados de saúde do paciente, bem como sua eficácia no gerenciamento de condições crônicas, como diabetes, doenças cardíacas e câncer (ANA et al., 2020; MAYBERRY et al., 2019; WALI et al., 2019). Ademais, o uso de redes sociais *online* (RSO) no fornecimento de suporte social, emocional ou educacional para pacientes com doenças crônicas, especialmente no Facebook e em blogs, tem sido sugerido como positivo na melhoria da qualidade de vida (APPERSON et al., 2019; PARTRIDGE et al., 2018; PATEL et al., 2015). Especialmente no que tange o processo de empoderamento em saúde, conceito este presente nas definições de saúde e de promoção da saúde e em estratégias como participação comunitária, educação em saúde e políticas públicas saudáveis possibilitando de forma individual ou coletiva um aprendizado relacionado ao cuidado da própria saúde (CARVALHO, 2004; CARVALHO; GASTALDO, 2008). As RSO têm sido utilizadas como estratégia útil no fornecimento e compartilhamento de conteúdo educacional (ABEDIN et al., 2017; ATTAI et al., 2015; MOGUL; HENDERSON; BRIDGES, 2018; WALKER; PALERMO; KLASSEN, 2019).

Atualmente, mais de 130 milhões de brasileiros fazem uso das RSO, totalizando 57% da população, tornando o Brasil o segundo país no mundo que mais utiliza essa ferramenta (We are Social; Plataforma Hootsuite, 2017). Tratando-se apenas da plataforma *Facebook*, mais de 127 milhões de brasileiros possuem conta nesta RSO, cerca de 60% da população (MESQUITA et al., 2017; POSSOLLI; DO NASCIMENTO; DA SILVA, 2015). Diante de tamanha popularidade, algumas instituições e órgãos públicos estrategicamente utilizam o

Facebook para se relacionar com a população, a exemplo, o Ministério da Saúde (MS), que possui conta desde 2008 (MOREIRA; PINHEIRO, 2015). Até o presente momento, a página do MS no *Facebook* possui 2,1 milhões de seguidores (FACEBOOK, 2019), o que corresponde a 1% da população brasileira conectada a este órgão público através dessa rede social.

As ações de comunicação por meio das RSO do MS estão em consonância com o Compromisso Nacional pela Participação Social - CNPS (PNPS, 2014), que objetiva incentivar a população a acompanhar e participar das políticas públicas. Até o momento, poucos estudos têm discutido a relevância da incorporação das RSO na prestação de serviços em saúde (MARCELINO; SOUSA; BRUCK, 2016; POSSOLLI; DO NASCIMENTO; DA SILVA, 2015), no entanto, há evidências sugestivas de seu papel relevante no processo de empoderamento individual e coletivo (ARIGO et al., 2018a; HALE et al., 2014; SIEGEL et al., 2018) que têm fomentado discussões pertinentes à utilização das RSO nas estratégias de promoção da saúde.

Embora estudos recentes tenham demonstrado a viabilidade da utilização das RSO no fortalecimento das ações de controle de diversas enfermidades, como: infecção pelo zika vírus (CHANDRASEKARAN et al., 2017), dengue. (MARQUES-TOLEDO et al., 2017), HIV (TAGGART et al., 2015), sífilis (YOUNG et al., 2018), câncer de próstata (SIEGEL et al., 2018), câncer do colo do útero (LE et al., 2019); câncer de mama (HAN; LEE; DEMIRIS, 2017), diabetes (GABARRON et al., 2018) e hipertensão (AL MAMUN; IBRAHIM; TURIN, 2015), muitos resultados estão associados ao processo de enfrentamento da doença já instalada, dando pouca atenção aos aspectos de prevenção, mais vinculados a questões pertinentes à promoção da saúde.

Em doenças, cuja chance de sobrevida depende da precocidade do diagnóstico, como o caso do câncer do colo do útero. (GONÇALVES et al., 2017; MESSOUDI et al., 2019; TEOH et al., 2019), os incentivos comportamentais de autocuidado são fundamentais para garantia de qualidade de vida. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a desinformação ainda é um grande obstáculo para o controle do câncer do colo do útero no Brasil (INCA, 2018), visto que o diagnóstico tardio está relacionado com determinantes sociais de saúde, especialmente com a escolaridade. (BARBOSA et al., 2016; SILVA et al., 2017). Assim, diante da relevância do empoderamento em saúde para o desenvolvimento de habilidades e competências de autocuidado. (LEVIN-ZAMIR et al., 2017; LEVIN-ZAMIR; BERTSCHI, 2018) há de se hipotetizar que, mulheres empoderadas, ou seja, bem informadas, quanto ao

câncer do colo do útero, são capazes de acessar mais facilmente os serviços de prevenção e diagnóstico precoce.

Portanto, diante das evidências de que a formação e educação permanente é tema prioritário da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e que o MS faz uso das RSO, especialmente do *Facebook*, para discutir as temáticas referentes à saúde da população, evoca-se a necessidade de avaliação das repercussões da utilização dessa RSO por este órgão público no processo de empoderamento em saúde. Assim, foi analisado na presente Dissertação de Mestrado como as informações sobre o câncer do colo do útero divulgadas pelo MS no *Facebook* são recebidas pelos usuários a fim de fomentar discussões futuras a acerca da utilização das RSO em estratégias de promoção da saúde.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar como as postagens sobre o câncer do colo do útero pelo Ministério da Saúde no *Facebook* são recebidas pelos usuários.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar os comentários realizados pelos usuários da página do MS no *Facebook* sobre as publicações realizadas por esse;
2. Categorizar as publicações do MS em: 1) Prevenção primária, 2) Prevenção secundária, Prevenção primária e secundária e 4) Outros;
3. Verificar quais os descritores mais utilizados para pesquisar sobre o CCU;
4. Analisar a interação entre os usuários e o MS, através de curtidas, comentários e compartilhamentos das publicações na página do MS.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EMPODERAMENTO EM SAÚDE

O conceito de empoderamento ou *Empowerment* é complexo e contempla várias áreas de conhecimento, tendo origem nos movimentos civis na década de 1970, sendo naquele período influenciado por movimentos de autoajuda; na década de 80 pela psicologia comunitária e na década de 90 por movimentos que defendiam a cidadania e a educação em saúde (CARVALHO, 2004). Está relacionado com o processo de emancipação dos sujeitos, baseado em características primordiais de autonomia, protagonismo e responsabilização, ocasionados quando uma situação representa riscos aos sujeitos de forma coletiva ou individual, que impulsiona a busca pela diminuição das iniquidades sociais (VALE, 2018).

Este conceito foi abordado na 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que aconteceu em 1986, culminando em um documento importante para promoção da saúde, a Carta de Ottawa, que definiu a importância da capacitação dos indivíduos e da comunidade para o controle da própria saúde (SOUZA et al., 2014). Neste sentido, o empoderamento é considerado como a base para o modelo da promoção da saúde das atuais políticas de saúde em diversas nações, especialmente por garantir melhora da autonomia e capacidade de fazer escolhas baseado em informações de qualidade. (LOPES, 2015). Dessa forma, sugere-se que a promoção da Saúde possibilita por meio das estratégias baseadas em empoderamento, o aprendizado individual e coletivo capaz de proporcionar aos indivíduos um estado de autonomia que os torne capazes de vivenciar experiências distintas lidando com eventuais situações e limitações (CARVALHO; GASTALDO, 2008).

Dessa forma, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a promoção da saúde como o “processo que capacita a pessoa a tomar o controle e melhorar a sua saúde”, na qual os indivíduos necessitam desenvolver competências e capacidades que facilitem a melhor compreensão do processo de saúde e doença. (MARIA et al., 2016). A participação da comunidade na delimitação de atuações em saúde é uma das principais estratégias da promoção da saúde, que busca consolidar as práticas individuais e coletivas, estimulando os processos de educação em saúde. (CARVALHO; GASTALDO, 2008). Dessa forma, se compreende com maior clareza o motivo pelo qual a Promoção da Saúde foi definida na Carta de Ottawa como um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua

qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo (BRASIL, 2002).

Ademais, o termo empoderamento é descrito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma amplificação da liberdade de agir e escolher, baseado no poder e autoridade de indivíduos em situações subordinadas, sobre decisões e recursos que afetam sua vida, definindo seus objetivos e adquirindo competências para resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento (ONU, 2017). Para o Ministério da Saúde (MS) é o processo pelo qual os indivíduos desenvolvem capacidade e habilidade de tomar decisões sobre a saúde, as relações sociais e sobre sua vida, baseado na autonomia de compreender e agir criticamente, transformando a si mesmos e a seu contexto social (BRASIL, 2002). Historicamente, o termo empoderamento, é apresentado em documentos importantes, como as cartas da promoção da saúde, Alma-Ata 1978, Ottawa 1986, Sundsvall 1991 e Curitiba 2016, que priorizam a capacitação e empoderamento da comunidade para o desenvolvimento de ações de educação em promoção da saúde, enfatizando a responsabilidade e a importância da participação e comunicação da sociedade na formulação de políticas favoráveis à saúde, ambientes saudáveis e equidade para melhoria da qualidade de vida e saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), 2002), definindo, portanto a relevância das estratégias de educação em saúde no contexto da Promoção da Saúde no Brasil e no Mundo.

Na concepção de alguns educadores, como Carl Rogers, por exemplo, o empoderamento está relacionado ao processo educacional, na qual a produção do conhecimento é pautada pela relação aluno e professor, que este tem papel fundamental, como facilitador no processo de aprendizagem, assim como, os profissionais de saúde tem o papel de facilitar que a comunidade adquira o conhecimento (ROGERS, 1961; ROGERS, 1967). Para Freire (1979,1981) a educação conduz a autonomia e a liberdade social, na qual os indivíduos interagem uns com os outros e tomam posse de suas vidas, resultando em um pensamento crítico diante da realidade, através da educação dialógica, sendo o diálogo, um instrumento que possibilita a construção da capacidade, conscientização e transformação da sociedade.

De uma forma mais contemporânea, Tengland, um importante estudioso das teorias da Promoção da Saúde, sugere duas formas indiretas de se melhorar os resultados de saúde: mudança de comportamento e capacitação. Entretanto, as abordagens de mudança de comportamento têm mostrado efeitos negativos em alguns estudos, pois não partem de uma escolha pessoal (TENGLAND, 2008a). Já a capacitação e empoderamento dos indivíduos tem um foco geral mais amplo, como fatores sociais e econômicos que contribuem para problemas

mais específicos permitindo que a comunidade tenha habilidade para obter autonomia e controle dos determinantes da sua qualidade de vida (CHIAPPERINO; TENGLAND, 2015; TENGLAND, 2007, 2008b, 2016a, 2016b).

Assim, como base nas reflexões supracitadas, se pode inferir que a Promoção da Saúde vai muito além da prevenção de doenças, na qual algumas outras questões educativas devem ser priorizadas. Numa visão mais conservadora, a ideia de mudança de comportamento, relacionada às mudanças de hábitos, entretanto essa mudança não se concretizará se não partir da construção de possibilidades através do empoderamento e autonomia do sujeito, por meio do compartilhamento do poder e do saber entre a comunidade, a partir de decisões relacionadas à saúde, na qual os indivíduos tenham autonomia para realizar ações preventivas e de tratamento necessárias (CARVALHO; COHEN; AKERMAN, 2017). Para alguns autores, as ações voltadas para mudança de comportamento, costumam fracassar, uma vez que objetivam convencer o indivíduo a modificar seu comportamento, baseado no que seria prejudicial à sua saúde, não parte de uma escolha pessoal e sim de uma imposição, contrariando a autonomia do sujeito (MÁSSIMO; FREITAS, 2014; TENGLAND, 2016b). Por outro lado, o empoderamento tem a finalidade de controlar os determinantes da qualidade de vida, na qual a população assume o processo de mudança estabelecendo os objetivos desse processo (TENGLAND, 2008; CHIAPPERINO; TENGLAND, 2015), desempenhando o protagonismo no gerenciamento dos eventos de vida.

Além disso, o empoderamento de indivíduos e grupos para compreensão da própria saúde e aquisição de estilos de vida promotores da saúde faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) sendo uma meta importante da saúde no século XXI (LEVIN-ZAMIR; BERTSCHI, 2018), mostrando sua atual relevância para o campo da Saúde Coletiva e ciências associadas. Neste contexto, o tema foi amplamente discutido na 9ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde em Xangai, que ocorreu em novembro de 2016, destacando a importância de melhorar a literacia em saúde, permitindo assim, o acesso à informação e a tomada de decisão, promovendo a responsabilização e o entendimento das pessoas sobre o impacto das políticas e decisões na saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), 2002).

Portanto, o empoderamento, também leva ao acesso à alta qualidade de serviços de saúde, ao bom atendimento, resultando na melhora da qualidade de vida, melhor interação com a equipe médica, satisfação, responsabilização, melhor resposta ao tratamento, prevenção das complicações e desenvolvimento de atitude positiva em relação à doença (TALEGHANI et al., 2014). Assim, estratégias baseadas no empoderamento devem subsidiar habilidades e

competências que permitam que indivíduos possam compreender e aplicar informações sobre saúde contribuindo de forma benéfica na sua própria saúde e da população, na qual essas habilidades são de suma importância para acessar as mais diversas fontes de informações e ferramentas de saúde, como a internet, redes sociais, televisão e aplicativos móveis.

2.2 REDES SOCIAIS *ONLINE* E EMPODERAMENTO EM SAÚDE

A humanidade presenciou nas últimas décadas uma exacerbada transformação tecnológica, que desencadeou uma intensa ampliação do acesso à informação, dentre eles a internet, que proporciona a disseminação de uma infinidade de conteúdo, quebrando barreiras físicas e temporais, que facilita o acesso ao usuário, permitindo que este, tenha autonomia nas suas escolhas, por meio de uma ferramenta cada vez mais rápida e poderosa na divulgação de informações. (GROSSI; LOPES, 2014; LIMA et al., 2015). Ademais, por se tratar de um meio fácil, rápido e interativo, proporciona a participação de seus usuários de um modo geral, permitindo-lhes ler, refletir e compartilhar informações, de modo que estas sejam disseminadas para população, ocasionando uma mobilização social (GARBIN; NETO; GUILAM, 2008).

No Brasil a transformação tecnológica tem também ocasionado o aumento dos usuários de internet. De acordo com o IBGE, em 2016 no âmbito doméstico, constatou-se que a Internet era utilizada em 69,3% dos 69.318 mil domicílios particulares permanentes do País, cerca de 85% dos jovens de 18 a 24 anos de idade e 25% das pessoas de 60 anos ou mais de idade utilizaram internet, na qual o equipamento mais utilizado para o acesso foi o telefone móvel 94,6 %. (IBGE, 2016). O Brasil é o terceiro país que mais utiliza internet no mundo, totalizando 9 horas diárias de navegação. Destas, 3 horas são destinadas ao uso das Redes Sociais Online (RSO), na qual os brasileiros se destacam, ocupando o segundo lugar no *ranking*, atrás dos filipinos e a frente dos tailandeses, com cerca de 130 milhões de brasileiros, que representa 57 % da população (We are Social; Plataforma Hootsuite, 2017).

As RSO são amplamente utilizadas como um meio de interação e comunicação entre as pessoas, e dentre elas, destaca-se as plataformas *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Instagram*, criadas nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2010, respectivamente (AGUIAR, 2019; FERNANDES, 2018). Todas têm em comum, a aproximação de pessoas através do relacionamento social, as quais se unem e se conectam a partir de interesses mútuos, baseado

na criação e compartilhamento de conteúdo. (LIMA et al., 2015; MESQUITA et al., 2017; MOREIRA; PINHEIRO, 2015; VERMELHO et al., 2014; VERMELHO, 2015).

Dentre as RSO, o *Facebook* é a mais utilizada no mundo, foi criada por Mark Zuckerberg em 2004, com o objetivo de aproximar as pessoas, permitindo que estas, possam encontrar umas às outras, dividindo opiniões e fotografias (FERNANDES, 2018). Já o *Instagram*, foi criado pelo americano Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger em 2010, para compartilhamento e interação dos usuários na publicação de imagens e vídeos, sendo a segunda colocada na preferência dos brasileiros de acordo com a Social Media Trends 2018 (AGUIAR, 2018). O *Twitter* foi criado em 2006, pelo trio Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone em 2006, cujo objetivo é o envio de mensagens curtas através do celular (KLEINA, 2018). Por sua vez a maior plataforma de vídeos do mundo, o *YouTube*, foi desenvolvida por três jovens, Steve Chen, Chad Hurley e Jawed em 2005, diante da dificuldade de partilhar vídeos entre amigos (KLEINA, 2017). Todas elas têm em comum, a capacidade de disseminar informações rapidamente através do alcance mundial (SIEGEL et al., 2018).

Diante dos avanços e propagação das RSO, o Ministério da Saúde em consonância com o Governo Federal instituiu dentre os temas prioritários da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) a formação e educação permanente com o desenvolvimento de ações de educação em promoção da saúde (BRASIL, 2015). Além disso, o Governo Federal instituiu o Compromisso Nacional pela Participação Social com o objetivo de incentivar a população a acompanhar e participar das políticas públicas, por meio dos mecanismos digitais de participação via internet e das RSO, abrindo caminho para novas formas de participação social (PNPS, 2014).

A área da saúde conta com uma gama muito rica de informações na internet e é bastante procurada por internautas. Há uma estimativa de que a cada dez usuários, oito acessem sites relacionados à saúde, totalizando dez milhões de brasileiros, sendo que os jovens e mulheres se destacam, elas com o intuito de prevenir doenças e conseqüentemente reduzir gastos com tratamento, ajudando no orçamento familiar e os jovens pelo acesso facilitado para completar informações adquiridas no ambiente escolar (GARBIN et al. 2008; LIMA et al. 2015). Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD o Brasil é o quarto país com maior número de usuários de internet, ficando atrás de Estados Unidos, Índia e China (UNCTAD, 2017), mostrando a importância desta tecnologia no contexto brasileiro.

Ademais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD sobre o tema complementar Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, com foco

nos aspectos de acesso à internet realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2016 no âmbito doméstico, constatou-se que a Internet era utilizada em 69,3% dos 69.318 mil domicílios particulares permanentes do País, cerca de 85% dos jovens de 18 a 24 anos de idade e 25% das pessoas de 60 anos ou mais de idade utilizaram internet, na qual o equipamento mais utilizado para o acesso é o telefone móvel 94,6 % (IBGE, 2016), sugerindo que de fato, essas tecnologias foram incorporadas no cotidiano dos brasileiros.

Em meados dos anos 90 a internet foi se tornando mais acessível ao usuário, seu uso foi se ampliando, modificando e popularizando, surgiu o ciberespaço, como uma nova estrutura de comunicação, socialização, conhecimento e informação, na qual os usuários começaram a expressar suas opiniões e individualidades (TENÓRIO et al., 2014). A partir daí surgem as RSO, com o objetivo de possibilitar o relacionamento e a comunicação entre os usuários, partindo da metáfora do conceito de rede, como linhas unidas por um ponto, uma rede que une pessoas com interesses em comum (VERMELHO SÔNIA CRISTINA, 2015).

Nesse sentido, as RSO têm se mostrado uma ferramenta acessível e eficaz na produção de conhecimento, por se tratar de um ambiente voltado para a comunicação e informação, indo ao encontro com uma estratégia preconizada mundialmente sobre políticas em saúde, em conferências, cartas e documentos relacionados à educação em saúde, que preconizam o cuidado individual e coletivo através da capacidade de tomada de decisões, almejando o controle da própria vida e adquirindo condições que possibilitem a obtenção de saúde para toda a sociedade (AL MAMUN; IBRAHIM; TURIN, 2015; LEVIN-ZAMIR et al., 2017; TENÓRIO et al., 2014).

As RSO são ferramentas importantes para obtenção de informação e capacitação dos usuários, através do seu acesso facilitado às informações, constitui uma base importante para o empoderamento e promoção da saúde (MARCELINO; SOUSA; BRUCK, 2016). Diante da importância da educação para o empoderamento das pessoas, diversos são os meios para obtenção e acesso a informações sobre saúde, em função das transformações tecnológicas e culturais, a internet se tornou uma ferramenta significativa na obtenção de conhecimentos, informação e capacitação para os usuários, seu acesso tem se tornado cada vez mais fácil, destacando-se as redes sociais, que possibilitam a comunicação mundial eliminando barreiras (GARBIN; NETO; GUILAM, 2008; VERMELHO, 2014).

A alfabetização em saúde foi bastante discutida na 9ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde em Xangai, destacando a transformação tecnológica e científica, através de abordagens digitais inteligentes e uso inovador de mídia para promoção da saúde (WHO, 2017). Nesta mesma conferência, se reconheceu que as inovações digitais irão revolucionar o

conhecimento, a tecnologia e a participação na promoção da saúde, através do conhecimento e transformação de dados, pelo potencial do compartilhamento de conhecimento pelas tecnologias, que permitem a obtenção de informações a partir de dados para um melhor planejamento de programas, serviços e intervenções em saúde. Neste sentido, ressalta-se a preocupação com os cuidados éticos relacionados com a privacidade, confidencialidade, responsabilidade e a veracidade das informações disponibilizadas, uma vez que nem todas são válidas ou confiáveis.

As RSO recebem destaque devido a sua rápida disseminação de notícias, sendo utilizada em casos de epidemias e pandemias de doenças infecciosas, uma vez que facilitam a comunicação, permitindo que autoridades de saúde publiquem informações de forma rápida para a população, atingindo um grande número de pessoas a um baixo custo, possibilitando a troca de informações entre a população e autoridades (LWIN; LU; SHELDENKAR, 2018). Do mesmo modo, um estudo realizado sobre notícias de uma pandemia emergente no *Facebook* constatou que a população conectada virtualmente se comporta como agentes de disseminação de informações, de forma rápida, amplificando a mensagem original para um maior número de internautas (LAZARD et al., 2015; STREKALOVA, 2016). Desse modo, de maneira coletiva, as RSO são um meio de comunicação poderoso que facilita a troca de conteúdo entre os usuários, chamando a atenção aos órgãos públicos sobre a necessidade de ampliar a conscientização sobre temas específicos de relevância e de interesse público.

Outro estudo abordou as redes sociais como uma nova fonte de dados para vigilância em saúde pública, uma vez que os dados em mídias sociais se encontram disponibilizados de forma abundante, permitindo a identificação de surtos de doenças, rastreamento de doenças infecciosas e monitoramento de práticas de autocuidado (GITTELMAN et al., 2015). Além disso, neste mesmo estudo, sugere-se que a saúde pessoal se tornou focada a um nível mais local, dificultando o acesso às informações. Contudo, o uso dessas ferramentas de comunicação provou ser mais oportuno e econômico quando comparada com os métodos tradicionais de vigilância da população. Neste sentido, as RSO, podem ser utilizadas como indicadores de comportamentos adversos a saúde que podem ser observados através das preferências do usuário, servindo como indicador de doenças, no qual essas informações podem ser utilizadas para melhorar a vigilância e promoção da saúde.

Em síntese, algumas pesquisas mostram que a comunicação por meio das RSO é uma tendência muito bem aceita pelos usuários que buscam informações relacionadas à saúde (AUSTIN et al., 2012; CHO; SCHWEICKART; HAASE, 2014), e portanto é notório o crescimento gradual de pessoas que buscam nas mídias sociais conhecimentos sobre saúde,

compartilhando experiências pessoais com doenças, tratamentos médicos, medicações e comunicação com outros pacientes e profissionais de saúde. Estudos apontam que as RSO vêm se tornando um elemento de grande importância para saúde, que possibilita analisar as experiências dos pacientes nos cuidados de saúde, atuando como uma nova ferramenta de comunicação e extração de dados, capaz de proporcionar uma alternativa para a troca de informações e formação de opinião sobre questões relacionadas à saúde (RADZIKOWSKI et al., 2015a, 2016; ZHOU et al., 2018). Além de ser muito utilizada para pesquisas sobre comportamentos em saúde de diversas temáticas e principalmente durante surtos, epidemias e pandemias de doenças (FISHER; KIM, 2011; GUIDRY et al., 2017; JOHN et al., 2012; LACHLAN et al., 2015; LAZARD et al., 2015; LWIN; LU; SHELDENKAR, 2018), as RSO podem também ter grande utilidade nas estratégias de Promoção da Saúde, em especial àquelas direcionadas ao empoderamento individual e coletivo.

2.3 O CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NO BRASIL

Uma das causas mais frequentes de mortes na população feminina é a mortalidade por câncer do colo do útero, mesmo considerado tratável se descoberto precocemente, esta enfermidade acomete milhares de mulheres ao redor do mundo tornando-se um grave problema de saúde pública (NAKAGAWA; SCHIRMER; BARBIERI, 2010). A incidência do câncer de colo de útero varia consideravelmente entre os países, sendo que, nos países em desenvolvimento, é o tipo de câncer mais comum entre a população feminina (VACCARELLA et al., 2013; BARBOSA et al., 2016). No Brasil, segundo estimativas do INCA, as regiões Norte e Nordeste representam maior incidência de casos novos para o ano de 2018, sendo o Estado do Amazonas o de maior incidência, esperados 40,97% de casos de câncer do colo do útero por 100.000 habitantes para o ano de 2018 (INCA, 2017). Ademais, segundo ainda o INCA, a estimativa é que 16.370 novos casos de câncer do colo do útero (8,1%) sejam diagnosticados para cada ano do biênio 2018-2019 no Brasil (INCA, 2018), mostrando que esta malignidade é de fato uma das principais enfermidades que acomete as mulheres no país.

O principal agente etiológico do câncer do colo do útero é o Papilomavírus Humano (HPV) (FERREIRA; FERREIRA; KOIFMAN, 2019), o que faz das campanhas de vacinação contra o HPV determinantes para o sucesso do controle desta malignidade no país. Estima-se que 80% das mulheres sexualmente ativas irão contrair o vírus HPV ao longo da vida (INCA

2018), reforçando a necessidade da adesão da população às campanhas de vacinação. Por outro lado, sabe-se que a incidência do câncer do colo do útero aumenta em mulheres com idade entre 30-39 anos, atingindo seu pico aos 50-60 anos, na qual antes dos 25 anos permanecem as lesões de baixo grau e infecções pelo HPV, que regridem naturalmente na maioria dos casos (WHO, 2017), mostrando que além da vacinação, as estratégias de diagnóstico precoce são também fundamentais e devem, portanto, serem alvo das ações de promoção da saúde.

Dentre as diretrizes que estruturam a promoção da saúde da mulher no Brasil, as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do câncer do colo do útero, desenvolvidas pelo MS, buscam orientar o atendimento e rastreamento ao câncer do colo do útero no país. Embasado nas diretrizes, o acesso irrestrito às informações, ao serviço de saúde e atendimento de qualidade, fornece à população feminina ferramentas para o controle desta malignidade. Além de possibilitar o planejamento de ações e a estruturação do serviço, podendo contribuir de forma direta na diminuição da incidência de câncer do colo do útero. A detecção precoce deste tipo de câncer inicia na década de 40 no Brasil, através da realização dos exames de citologia e colposcopia. No entanto, apenas na década de 80 os serviços básicos de saúde passaram a oferecer o exame citopatológico como um procedimento de rotina nas consultas ginecológicas (INCA, 2016).

Em 1996, foi lançado o projeto Viva Mulher em resposta às altas taxas de mortalidade por câncer do colo do útero. O projeto consistia em protocolos para a coleta de material, seguimento e conduta diante de exames com alteração, direcionada a mulheres na faixa etária entre 35 e 49 anos, no entanto se restringia às capitais Curitiba, Recife, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Belém e para o Estado de Sergipe (INCA, 2016). O Programa Nacional de Combate ao câncer do colo do útero foi um ato contínuo e deu início às ações que possibilitaram a formulação de diretrizes e estruturação na rede de detecção precoce (INCA, 2013).

Atualmente, as prioridades brasileiras em saúde se dão a partir de intervenções com custo-efetividade já certificadas e que tenham impacto na qualidade de vida e nas taxas de incidência e mortalidade, nesse aspecto, o câncer do colo do útero, assim como o de mama, são prioridades da saúde pública (BRASIL, 2006). Tal processo de certificação e inovação é mediado pelo INCA, em conjunto com o CNPq e a Secretaria de Ciências e Tecnologia do Ministério da Saúde, o qual identifica as ações prioritárias na área da oncologia, e estabelece os editais de pesquisa (BRASIL, 2006).

Com atuação estratégica, o INCA realiza ações de assessoria técnicas e parceria com outras instituições, objetivando a construção de uma rede de educação na atenção oncológica (BRASIL, 2006). Conjuntamente o instituto é responsável pela publicação e atualização das diretrizes voltadas ao câncer, como por exemplo, a revisão das Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do câncer do colo do útero ocorrida no ano de 2013 e as oficinas com especialista no ano de 2014. Além disso, também atua como consultor nas campanhas de vacinação contra o HPV (INCA, 2015).

Para o câncer do colo do útero, as diretrizes dizem respeito apenas à etapa de rastreamento da doença (BRASIL, 2011). Que resultam de um consenso entre a sociedade científica e especialistas na área, devendo ser vistas como recomendações, cabendo aos profissionais de saúde a decisão da conduta a ser tomada (BRASIL, 2006). No Brasil, existe uma articulação entre as ações dirigidas ao câncer do colo do útero e o de mama, na qual as estratégias dessas diretrizes objetivam-se em aumentar a cobertura da população-alvo, fortalecer os sistemas de informação, garantir a qualidade, o desenvolvimento de capacitações e possibilitar o desenvolvimento de pesquisas (BRASIL, 2006). Posteriormente, foi lançado pelo MS o Plano de Fortalecimento das Ações para Prevenção e Qualificação do Diagnóstico e Tratamento dos Cânceres do Colo do Útero e de Mama, com metas específicas que visam uma redução na incidência e mortalidade desses cânceres (BRASIL, 2013). Esses objetivos serão alcançados por meio do fortalecimento dos programas nacional de controle do câncer do colo do útero e mama, através da qualificação das equipes de atenção primária para o rastreamento, gestão da qualidade dos exames, e ampliação da comunicação e mobilização social (INCA, 2013).

O rastreamento do câncer do colo do útero ocorre hegemonicamente de forma oportunística no Brasil (INCA, 2016). As equipes da Atenção Básica espalhadas pela unidade de saúde têm entre suas atribuições realizar ações direcionadas ao controle dos cânceres, como por exemplo, o câncer do colo do útero. Essencialmente as ações de promoção ocorrem na atenção básica devido à proximidade com a população, já a detecção precoce em regra geral também é estimulada por ações das equipes, seja ela por meio do rastreio ou do diagnóstico precoce. Ressalta-se o papel do encaminhamento para os serviços de referência no caso de laudos positivos (BRASIL, 2013).

As mulheres devem ter acesso ao exame citopatológico na própria unidade básica; no que tange as mulheres que não conseguem ter acesso, deve-se oportunizar a realização dos exames por meio de mutirões em horários alternativos. Os exames de colposcopia e demais procedimentos de confirmação de diagnóstico, como por exemplo a biópsia, devem ser

ofertados em unidades de atenção secundária, que são serviços de referência para as unidades de Atenção Básica. A atenção terciária em saúde é responsável pelos procedimentos terapêuticos, cirúrgicos e paliativos dos pacientes com câncer (BRASIL, 2013).

Uma parceria entre o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e o INCA resultou na criação do Sistema de Informação do Câncer do colo do útero (SISCOLO), implantado nacionalmente em 1999, pela Portaria nº 408, de 30/08/1999. O SISCOLO é um sistema de informação que possibilita o diálogo entre os serviços. A informação é inserida no sistema pelos prestadores de serviço. O objetivo da sistematização das informações se dá devido à necessidade da melhoria das ações de rastreamento, diagnóstico e tratamento. Os dados que alimentam o sistema são disponibilizados à população, por meio do acesso ao site do DATASUS.

Após o lançamento do Plano de Fortalecimento das Ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer do colo do útero e de Mama, os sistemas de informação do câncer do colo do útero e mama passam a ser integrados e recebem o nome de Sistema de Informação do Câncer (SISCAN), sendo uma das mudanças mais significativas a identificação da usuária e não mais do exame (BRASIL, 2013). O SISCAN avança na capacidade de fornecer subsídios para a avaliação dos serviços que executam os procedimentos referentes ao rastreamento do câncer do colo do útero e de mama, no planejamento das ações de controle, na organização da rede de assistência para diagnóstico e tratamento, na avaliação de necessidade de capacitações e no acompanhamento dos usuários com exames alterados (BRASIL, 2013, p. 9).

A detecção precoce busca a conscientização dos sinais precoces de problemas de saúde e pode ocorrer tanto nos encontros clínicos, quanto nos encontros em que não há demanda por cuidado, a exemplo: atestados e relatórios, acompanhamento de familiares, vacinação, coleta de Papanicolau (BRASIL, 2010). A realização e implementação de programas de prevenção e controle do câncer do colo do útero vão de acordo com os objetivos de Desenvolvimento do Milênio e atendem os requisitos da Estratégia Mundial para a Saúde da Mulher e da Criança (OPAS, 2013). No Brasil, a detecção precoce do câncer do colo do útero segue as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sendo ofertados pelo sistema de saúde os exames de rastreamento e diagnóstico precoce, principalmente quando as mulheres apresentam sinais e sintomas como dor e sangramento após relação sexual ou corrimento excessivo vaginal, destacando as mulheres sexualmente ativas que possuem cérvix, como o principal público para a realização do rastreio (BRASIL, 2013).

O padrão ouro utilizado para rastreamento de câncer do colo do útero é o exame citopatológico, capaz de detectar as lesões precursoras. A realização desse teste depende de uma estrutura laboratorial de qualidade, treinamento e capacitação dos profissionais e um sistema de comunicação dos resultados para as mulheres (BRASIL, 2013), sendo reconhecido mundialmente como estratégia segura e eficiente na detecção precoce do câncer de colo uterino (BRASIL, 2006). Embora seja comumente realizada anualmente pelas mulheres, a rotina preconizada no rastreamento brasileiro se assemelha à dos países desenvolvidos, preconizando a repetição do exame de Papanicolau a cada três anos, após dois exames normais consecutivos no intervalo de um ano (BRASIL, 2013). Esse protocolo é justificado devido à progressão lenta das lesões pré-invasivas ou intraepiteliais.

As estratégias de rastreio devem alcançar 80% da população-alvo, no entanto os relatórios dos serviços de saúde apresentem apenas o número de exames realizados, não sendo possível identificar o número exato de mulheres que realizam o exame do Papanicolau, inviabilizando assim o cálculo preciso da cobertura do público-alvo, uma vez que a mesma mulher pode repetir o exame com maior frequência enquanto que outras não realizam o exame (BRASIL, 2006). Dentre as metas do Plano Mais Saúde na área oncológica, destaca-se a ampliação dos procedimentos de diagnóstico e terapêuticos do câncer do colo do útero e a ampliação da oferta dos exames citopatológicos para 8,8 milhões em mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos (BRASIL, 2011). Realizar em meninas e mulheres a vacinação contra o HPV deve ser uma complementação dos programas de prevenção, não devendo substituir os programas de prevenção do câncer do colo do útero existentes (OPAS, 2013).

A realização da primeira citopatologia é o início da prevenção secundária, sendo que mulheres que apresentam resultados do exame negativo deverão repetir um novo exame após um ano, em contrapartida mulheres com exames alterados terão conduta específica de acordo com o resultado (BRASIL, 2002). A periodicidade do exame será a cada três anos, após dois exames normais consecutivos com intervalo de um ano, devendo ser realizados por mulheres com idade entre 25 a 64 anos por meio do teste de Papanicolau (INCA, 2011). Contudo, mulheres que apresentam vida sexual ativa devem realizar o exame independente da faixa etária. Salienta-se que mulheres em grupos de risco devam realizar o exame anualmente e as que não possuem o útero (histerectomizadas) não fazem parte dos programas de rastreio (INCA, 2003). Às com mais de 64 anos que nunca tenham realizado o teste de Papanicolau recomenda-se realizar dois exames com intervalo entre um a três anos, sendo negativos os resultados de ambos a mulher não necessita realizar novos exames posteriormente (INCA, 2016). Situações específicas como as gestantes devem seguir as recomendações de

periodicidade de acordo com sua faixa etária assim como mulheres na pós menopausa (INCA, 2016).

O MS preconiza que as mulheres que tiveram exame citopatológico com resultados normal, alterações celulares benignas (metaplasia escamosa imatura, reparação ou atrofia com inflamação) e achados microbiológicos devem seguir a rotina de rastreamento citológico. No entanto mulheres que apresentam laudo com o resultado de alteração celular benigna indicando radiação devem ter a mesma conduta indicada para a lesão intra-epitelial (LIE) de acordo com o grau da LIE (BRASIL, 2006).

Sendo assim, o sucesso das ações de controle do câncer do colo do útero depende de vários fatores, em especial, da conscientização da comunidade, da capacitação profissional, e da otimização do serviço de saúde. Todos são fundamentais enquanto estratégias complementares, dirigidas às situações em que há presença de sinais e/ou sintomas. Desta forma, espera-se obter o diagnóstico o mais precoce possível e assim garantir a integralidade de cuidados necessária ao seu tratamento. Pensar, portanto, no desenvolvido de novas estratégias de educação em saúde focadas no empoderamento individual e coletivo pode auxiliar os órgãos públicos no gerenciamento das ações de controle do câncer do colo do útero.

2.4 REDES SOCIAIS *ONLINE* E PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

As RSO podem ser definidas como um grupo de aplicativos ou plataformas de Internet que permitem a criação e a troca de conteúdo gerado pelo usuário (KAPLAN; HAENLEIN, 2010). Os sites de redes sociais (SNSs) são definidos como serviços baseados na web que permitem que indivíduos construam um perfil e articulem uma lista de usuários que compartilham uma conexão (BOYD; ELLISON, 2007).

Embora muitas pessoas usem as RSO para se conectar com familiares e amigos, estas também são usadas para formar comunidades de interesse específico, como por exemplo, interesses sobre questões relacionadas a saúde (COLINEAU; PARIS, 2010). Ademais, as RSO vem sendo utilizadas constantemente na área da saúde com a finalidade de disseminar conhecimentos, devido a sua facilidade em publicar e compartilhar informações, através de um ambiente de interação (LIMA et al., 2015). Se reconhece também que as RSO são muito utilizadas por usuários que buscam informações para entender e esclarecer dúvidas sobre enfermidades, bem como interação com outros usuários através de trocas de experiências e sentimentos vivenciados (ARIGO et al., 2018b). Embora haja uma grande fonte de

informações sobre saúde, algumas doenças, como o câncer do colo do útero, ainda é diagnosticado tardiamente, apesar de poder ter seu diagnóstico precoce por meio de exames periódicos, aumentando a chance de sobrevivência (GONÇALVES et al., 2017; VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; FERREIRA, 2016).

Neste sentido, incentivos comportamentais de autocuidado são de extrema importância, para o rastreamento precoce do câncer do colo do útero, em especial nos períodos das campanhas de combate ao câncer, como o março lilás, outubro rosa e novembro azul para o câncer do colo do útero, câncer de mama e câncer de próstata respectivamente (BARBOSA et al. 2016; INCA 2018). Em doenças, cuja chance de sobrevivência depende da precocidade do diagnóstico como o câncer do colo do útero, os incentivos comportamentais de autocuidado são muito importantes. Assim, o *empoderamento* das mulheres acerca do tema pode facilitar o acesso a atendimentos de prevenção, evitando complicações, melhorando a qualidade de vida e diminuindo os custos nos cuidados com a saúde.

Pacientes com câncer utilizam variadas fontes de informação na busca por respostas como uma forma de enfrentamento a doença, na qual há evidências que um comportamento de busca menos ativa está relacionado com pacientes de um nível mais baixo de educação, o que parece influenciar o comportamento dos pacientes nas tomadas de decisões relacionadas à saúde, uma vez que, para se beneficiar das informações, esta precisa ser compreendida e assimilada (HAMMERSEN et al., 2018). Há evidências de que as RSO permitem que as mulheres fiquem mais informadas sobre os riscos de câncer de mama e os métodos para diagnóstico dessa malignidade, além disso, possibilitam que essas informações sejam compartilhadas para amigos e familiares alcançando um maior número de pessoas (HUESCH et al., 2017), sugerindo o potencial do uso desta tecnologia nas estratégias de empoderamento em saúde entre mulheres.

No entanto, até o momento, os poucos estudos direcionados ao entendimento do uso das RSO em doenças como os cânceres femininos não estão vinculados a conteúdos preventivos, mas sim de relação com a doença já instalada (AL MAMUN; IBRAHIM; TURIN, 2015; CHANDRASEKARAN et al., 2017; COLBERT et al., 2018; GABARRON et al., 2018; MARQUES-TOLEDO et al., 2017; SIEGEL et al., 2018; TAGGART et al., 2015; YOUNG et al., 2018). Como os profissionais de oncologia estão utilizando as RSO para compreender as barreiras no tratamento do câncer (WATSON, 2018) e diante da popularidade das RSO no contexto de saúde da mulher, se evoca a necessidade dos profissionais de saúde não ignorarem essa ferramenta como coadjuvante no processo de empoderamento em saúde das mulheres, em especial em doenças de fácil detecção, como o câncer do colo do útero.

Atualmente, o grande problema da oferta dos serviços de diagnóstico precoce no Brasil é a maneira na qual as estratégias são elaboradas. O rastreamento das lesões precursoras é realizado de forma oportunista, onde a mulher é abordada pelo profissional da saúde quando ela adentra às Unidades Básicas de Saúde para outro fim. Dessa forma, aquelas que não tiveram a necessidade de buscar o serviço de saúde provavelmente não serão rastreadas. Assim, a autonomia pela busca do serviço de rastreamento é algo fundamental para a eficiência do serviço de diagnóstico precoce, o que carece substancialmente do empoderamento em saúde. Nesse contexto, se evidencia a relação entre diagnóstico precoce do câncer do colo do útero e Promoção da Saúde, no sentido em que se estabelece a compreensão da relação entre os conceitos de empoderamento e autonomia. Portanto, à medida que as RSO podem fortalecer as estratégias de educação em saúde as mesmas podem se vincular às estratégias de controle do câncer do colo do útero.

Apesar de ser uma doença que pode ser evitada e tratada, o câncer do colo do útero ainda causa morbidades e mortalidades em mulheres jovens e maduras, dentre as formas de prevenção e rastreamento, temos a vacina contra o HPV e a detecção precoce do câncer do colo do útero através do exame Papanicolaou, que deve ser realizado periodicamente (LE et al., 2019). Entretanto, após cinco anos da primeira campanha nacional de vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) disponibilizada gratuitamente no SUS para o público alvo de 9 a 13 anos para meninas e de 11 a 13 anos para meninos de acordo com a recomendação da OMS, que introduziu essa vacina no Programa Nacional de Imunização (NIP), a cobertura vacinal ainda continua baixa no Brasil para o público feminino (45,1%) e ainda mais baixa para o público masculino (20,2%) (MENDES et al., 2018). Dentre os motivos apresentados para a baixa adesão a vacina contra o HPV está o medo das reações adversas frente a notícias veiculadas na mídia sobre sintomas neurológicos, a desinformação acerca da vacina, possível indução precoce da vida sexual (ZANINI et al., 2017). Além disso, a incidência do câncer do colo do útero está intrinsecamente relacionada com condições socioeconômicas desfavoráveis (BILOTTI et al., 2017b), sugerindo a relevância das ações de empoderamento neste contexto.

Diante do fato que os brasileiros representam uma das populações que mais acessam as RSO no mundo, sendo que 60% da população utilizam a RSO *Facebook*. Que o MS utiliza o *Facebook* para disseminar informações sobre o câncer do colo do útero. Que o diagnóstico precoce deste tipo de câncer aumenta consideravelmente as chances de cura. Justifica-se o desenvolvimento de estudos que avaliem o potencial das RSO, em especial do *Facebook*, no fortalecimento de estratégias de educação em saúde a fim de subsidiar a propagação de

comportamentos de autocuidado, especialmente em mulheres alvo das ações de controle do câncer do colo do útero.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O presente estudo caracterizou-se por realizar uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) e exploratória retrospectiva sobre RSO e promoção da saúde e teve como método o uso da técnica de pesquisa e análise de conteúdo na plataforma *Facebook*. A análise descritiva do conteúdo dos comentários encontrados na página do MS relacionados ao câncer do colo do útero abrangeu postagens realizadas entre os anos de 2012 a 2018.

O estudo foi desenvolvido em ambiente virtual, em uma conta pública e aberta, sem necessidade de autorização dos participantes. O estudo obteve dispensa de avaliação ética conforme o Inciso III, Parágrafo Único, do Artigo 1º da Resolução 512 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, pois trata da pesquisa com informações de domínio público. Todos os dados tiveram suas identificações ocultadas para garantir o anonimato dos participantes e impedir o uso indevido das informações.

O estudo seguiu cinco etapas: 1) extração, 2) refinamento, 3) análise de frequência de palavras, 4) análise da interação dos usuários com o MS, 5) análise temática, como demonstrado na Figura 1.

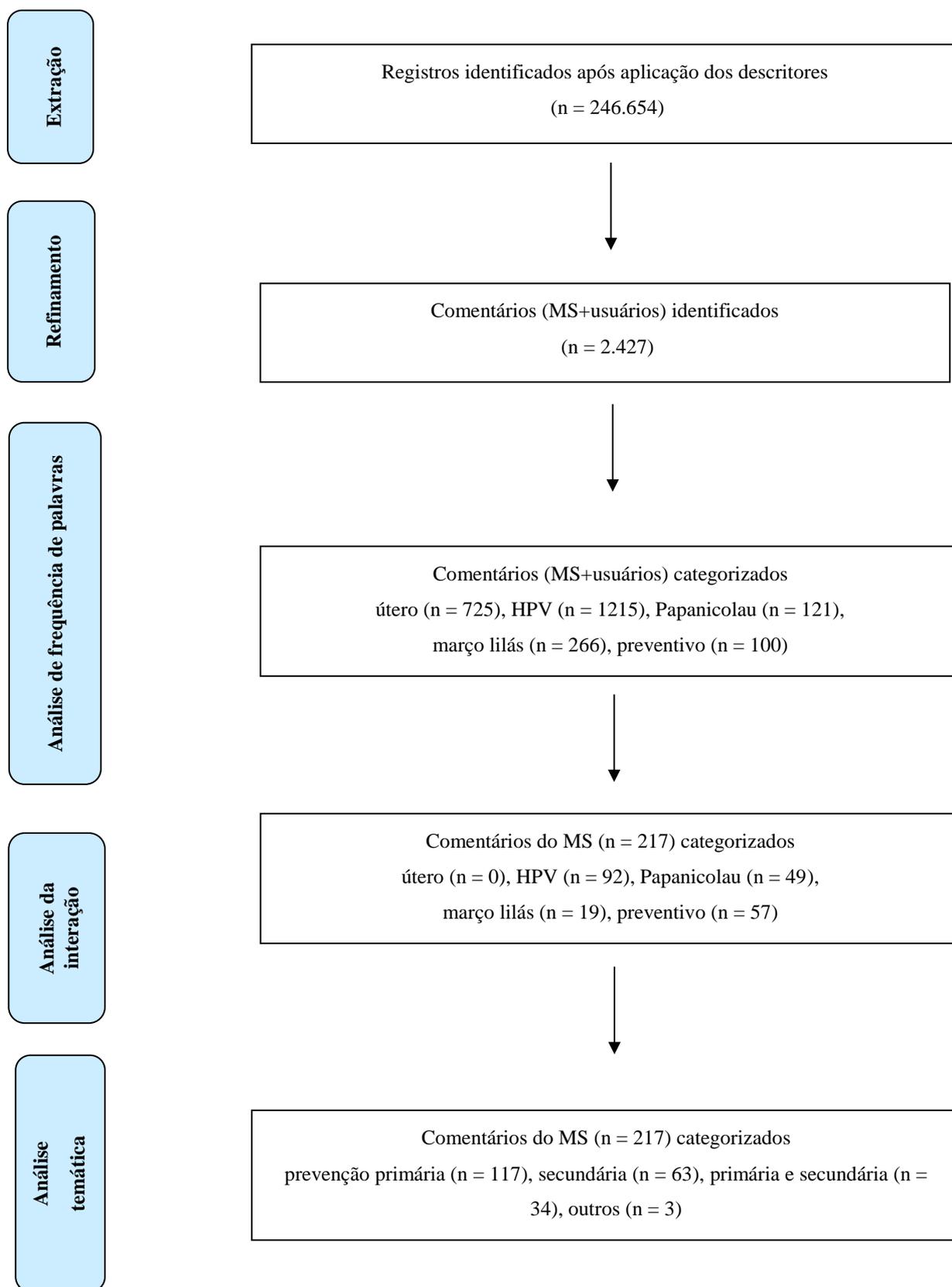


Figura 1. Fluxograma relativo às etapas de desenvolvimento do estudo.

3.2 EXTRAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram obtidos com auxílio do *software* de análise de métodos mistos QSR NVIVO 12 para Windows. A extração de todos os registros (comentários, imagens, vídeos, data de postagem, curtidas e compartilhamentos) da página do *Facebook* foi realizada por meio da ferramenta NCapture do *software* QSR NVIVO 12 a partir da utilização de descritores de busca (câncer do colo do útero; HPV; Papanicolau; março lilás; útero; preventivo). Após extraídos os registros (n = 246.654), apenas aqueles que eram comentários, tanto do MS quanto dos usuários (n = 2.427), foram arquivados para posterior refinamento.

3.3 REFINAMENTO DOS DADOS

O refinamento dos comentários (MS e usuários) foi realizado no próprio *software* QSR NVIVO 12 após aplicação de descritores específicos. Os descritores utilizados foram: “útero”, “HPV”, “Papanicolau”, “março lilás” e “preventivo”. A escolha destes descritores foi estabelecida a fim de englobar palavras-chave que mantinham relação com o tema em estudo.

Após refinamento, os comentários foram arquivados em categorias de acordo com os descritores utilizados no refinamento: útero (n = 725), HPV (n = 1215), Papanicolau (n = 121), março lilás (n = 266), preventivo (n = 100).

3.4 ANÁLISE DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS

A análise de frequência de palavras nos comentários (MS e usuários) foi realizada com auxílio do *software* QSR NVIVO 12 seguindo protocolo previamente descrito (HOUGHTON et al., 2017). Esta técnica envolve o manuseio de grandes volumes de dados sendo necessário que exista um sistema eficaz para gerenciar os resultados, como referências sobre o tema em estudo, decisões sobre inclusão e exclusão de conteúdo, bem como ferramentas apropriadas de coleta e refinamento dos dados. Assim softwares de análise de dados qualitativos, como o NVIVO, podem ser utilizados para a realização de análise de frequência de palavras.

Inicialmente foi realizada a identificação da frequência de repetição de palavras para cada categoria de acordo com os descritores utilizados. A representação desta etapa foi estabelecida a partir da construção da nuvem das 30 palavras mais frequentes. Como critério para a elaboração das nuvens foi definido um número mínimo de três caracteres para a inclusão. Com relação ao agrupamento de palavras, foi utilizado o dicionário de sinônimos do programa QSR NVIVO 12®. As palavras que não tinham relação com o tema da pesquisa foram excluídas por saturação.

3.5 ANÁLISE DA INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O MS

A análise da interação dos usuários com o MS foi realizada com o auxílio do *software* QSR NVIVO 12 que possibilita a determinação do número de curtidas e compartilhamentos de cada comentário. Os comentários do MS (n = 217) foram identificados manualmente por meio da leitura de todos os comentários.

3.6 ANÁLISE TEMÁTICA DOS DADOS

A categorização dos comentários do MS foi realizada seguindo os passos estabelecidos pela análise temática de conteúdo proposta por Bardin (2011).

Os comentários foram categorizados quanto ao tipo de prevenção de acordo com o recomendado pelo MS (BRASIL, 2013):

- 1) Prevenção primária:** Ação tomada para remover causas e fatores de risco de um problema de saúde antes do desenvolvimento de uma condição clínica (ex.: imunização).
- 2) Prevenção secundária:** Ação realizada para detectar um problema de saúde em estágio inicial facilitando o diagnóstico definitivo, o tratamento e reduzindo ou prevenindo sua disseminação e os efeitos de longo prazo (ex.: rastreamento, diagnóstico precoce).
- 3) Outros:** Para aqueles que não se enquadravam em prevenção primária ou secundária.

3.7 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva e apresentados em tabelas de distribuição de frequências. Foi utilizado a frequência absoluta e a porcentagem para as variáveis categóricas. Todas as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do ambiente estatístico R (R Development Core Team), versão 3.3.1. Os dados qualitativos foram apresentados por meio da construção de nuvens de palavras com auxílio do *software* de análise de métodos mistos QSR NVIVO 12 para Windows.

4. RESULTADOS

4.1 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS COMENTÁRIOS DO MS E DOS USUÁRIOS POR DESCRITOR DE BUSCA

Um total de 246.654 registros foram extraídos da página do MS no *Facebook* no período de 2012 a 2018 onde destes, cerca de 1% (2.427/246.654) eram comentários, tanto do MS quanto de usuários sobre o tema “câncer do colo do útero”. Após utilização dos descritores de busca, 50,06% dos comentários foram agrupados a partir do descritor “HPV”; 29,87% do descritor “útero”; 10,96% do descritor “março lilás”; 4,99% do descritor “Papanicolau”; e 4,12% do descritor “preventivo” como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição de frequência dos comentários do MS e dos usuários agrupados por descritores de busca.

| Descritor | Frequência absoluta | % |
|--------------|---------------------|-------------|
| HPV | 1215 | 50,06% |
| Útero | 725 | 29,87% |
| Março lilás | 266 | 10,96% |
| Papanicolau | 121 | 4,99% |
| Preventivo | 100 | 4,12% |
| Total | 2427 | 100% |

4.2 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DOS COMENTÁRIOS DO MS E DOS USUÁRIOS

Os dados referentes a análise de frequência de palavras dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* estão apresentados na Figura 2. Nota-se um total de 5031 palavras geradas a partir de todos os comentários, onde as cinco mais frequentes foram: HPV (21,49%), útero (13,16%), vacina (6,66%), março (5,67%), anos (4,81%). As palavras que mais se relacionam com o tema câncer do colo do útero, como preventivo e Papanicolau, apareceram com menor frequência (2,58 e 2,44%, respectivamente).

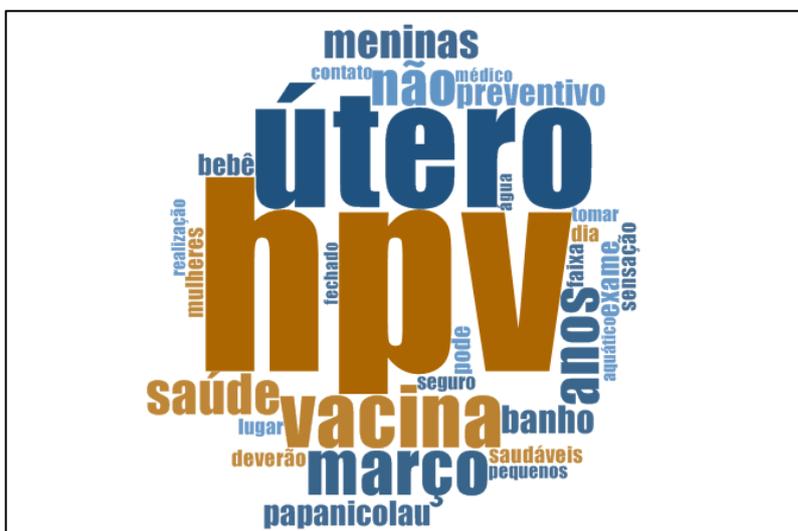


Figura 2. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do Ministério da Saúde no *Facebook*.

4.3 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DOS COMENTÁRIOS DO MS E DOS USUÁRIOS POR DESCRITOR DE BUSCA

A Figura 3 apresenta os dados da análise de frequência de palavras dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “útero”. Um total de 271 palavras foram geradas, onde as cinco mais frequentes foram: contato (22,14%), intrauterina (22,14%), analgesia (7,01%), materno (7,01%), transmitida (7,01%). As palavras que mais se relacionam com o tema câncer do colo do útero, como colo e doença, apareceram com menor frequência (1,84 e 0,73%, respectivamente).

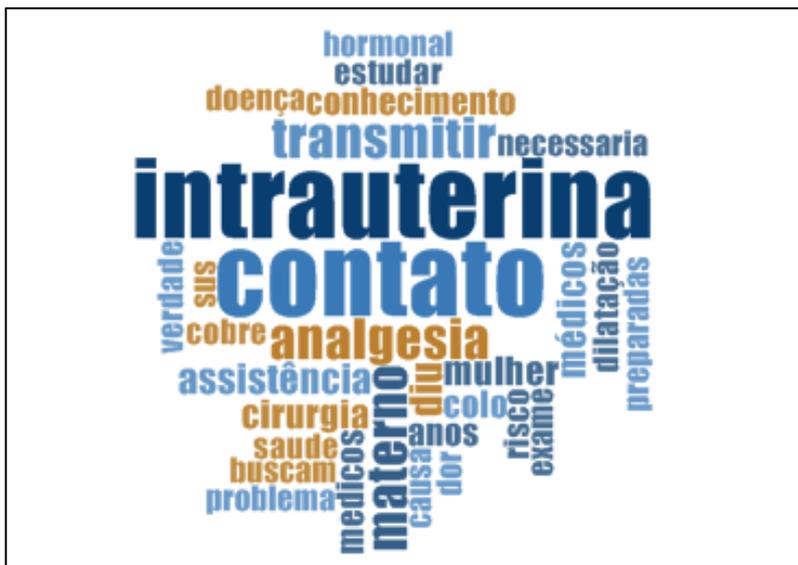


Figura 3. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “útero”.

Os dados referentes a análise de frequência de palavras dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “HPV” estão apresentados na Figura 4. Um total de 961 palavras foram geradas, onde as cinco mais frequentes foram vacina (17,38%), anos (12,59%), meninas (11,86%), meningite (4,58%), saúde (4,27%). As palavras que mais se relacionam com o câncer do colo do útero, como março e adolescentes, apareceram com menor frequência (1,66 e 1,04%, respectivamente).

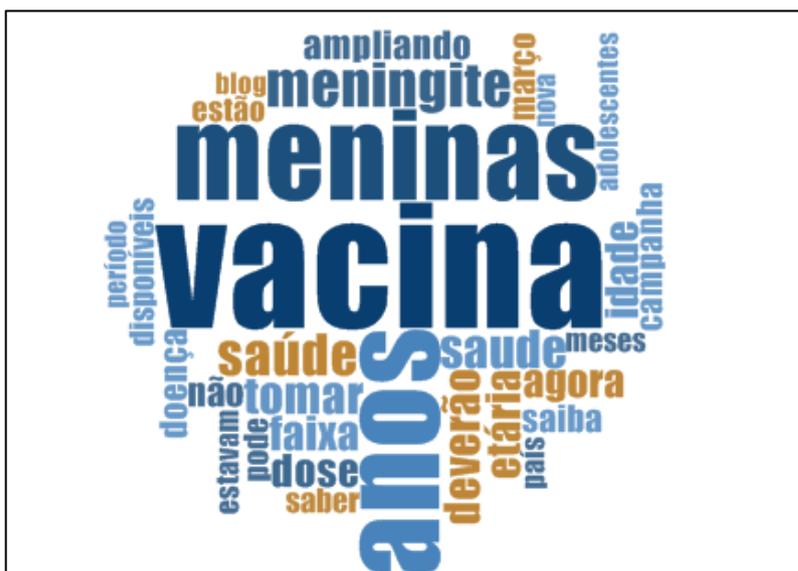


Figura 4. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “HPV”.

A Figura 5 apresenta os dados referentes a análise de frequência de palavras dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “março lilás”. Um total de 726 palavras foram geradas, onde as cinco mais frequentes foram vacina (11,29%), anos (7,58%), dia (6,89%), saúde (6,61%), meninas (4,82%). As palavras que mais se relacionam com o tema câncer do colo do útero, como dose e tomar, apareceram com menor frequência (3,30 e 3,03%, respectivamente).

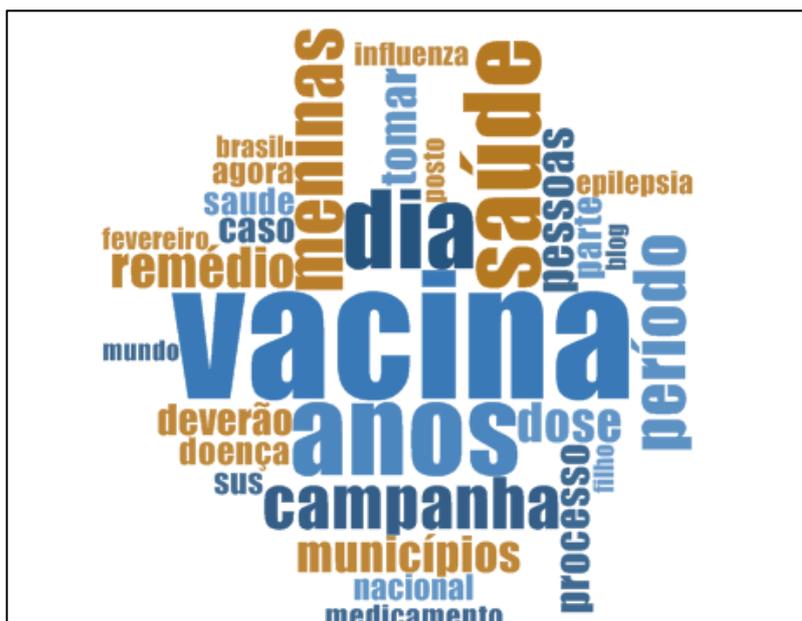


Figura 5. Nuvem de palavras gerada a partir dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “março lilás”.

Os dados referentes a análise de frequência de palavras dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* utilizando o descritor “preventivo” estão apresentados na Figura 6. Um total de 696 palavras foram geradas, onde as cinco mais frequentes foram saúde (11,93%), exame (8,33%), vacina (5,89%), realização (4,60%), anos (4,45%). As palavras que mais se relacionam com o câncer do colo do útero, como câncer e faixa, apareceram com menor frequência (3,30 e 3,03%, respectivamente).

4.4 INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O MS SOBRE O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à distribuição de frequências da interação dos usuários com o MS identificados por descritores de busca. Em relação às curtidas, 59,10% originaram a partir da utilização do descritor “HPV”; 31,75% do descritor “útero”; 0,05% do descritor “março lilás”; 4,43% do descritor “Papanicolau”; 4,67% do descritor “preventivo”. Em relação aos compartilhamentos, 59,35% originaram a partir da utilização do descritor “HPV”; 36,27% do descritor “útero”; 0,02% do descritor “março lilás”; 2,20% do descritor “Papanicolau”; 2,16% do descritor “preventivo”.

Tabela 2. Distribuição de frequências da interação dos usuários com o MS identificados por descritores de busca.

| Descritor | Curtidas | | Compartilhamentos | |
|--------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | Frequência absoluta | % | Frequência absoluta | % |
| HPV | 137.913 | 59,10% | 297.038 | 59,35% |
| Útero | 74.094 | 31,75% | 181.529 | 36,27% |
| Março lilás | 91 | 0,05% | 47 | 0,02% |
| Papanicolau | 10.340 | 4,43% | 11.031 | 2,20% |
| Preventivo | 10.908 | 4,67% | 10.799 | 2,16% |
| Total | 233.346 | 100% | 500.444 | 100% |

4.5 ANÁLISE TEMÁTICA DOS COMENTÁRIOS DO MS SOBRE O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

A análise temática dos 217 comentários do MS resultou na organização de categorias de tipos de prevenção em que 53,92% dos comentários se referiam a prevenção primária; 29,03% prevenção secundária; 15,67% prevenção primária e secundária; 1,38% outros como apresentado na Tabela 2.

Tabela 3. Distribuição de frequências dos comentários do MS agrupados por tipo de prevenção.

| Descritor | Frequência absoluta | % |
|---------------------------------|---------------------|-------------|
| Prevenção primária | 117 | 53,92% |
| Prevenção secundária | 63 | 29,03% |
| Prevenção primária e secundária | 34 | 15,67% |
| Outros | 3 | 1,38% |
| Total | 217 | 100% |

4.6 INTERAÇÃO DO MS COM OS USUÁRIOS POR MEIO DE FALAS

Fala do usuário interagindo com o MS:

“Gostaria de saber se pode tomar as 2 vacinas no mesmo dia a da meningite e do hpv?”

Fala do MS interagindo com os usuários sobre o tema:

“Olá, L.! Se o/a jovem estiver entre 11 e 14 anos, pode, sim. Lembrando que, 6 meses após tomar a 1ª dose da vacina de HPV, o/a adolescente precisa voltar à unidade de saúde para tomar a 2ª dose e complementar a proteção. Se o caso for uma menina com 9 a 10 anos, ela só deverá tomar a vacina contra HPV, por enquanto, ok? Para saber mais: saude.gov.br/vacinahpv”.

Apesar de a vacina ser mais efetiva na faixa etária mais nova, antes da primeira relação sexual, e os usuários prioritariamente abordarem questões relacionadas a grupos de risco e datas de campanhas vacinais, mulheres mais velhas também precisam da informação em saúde para procurar o serviço, tendo em mente a importância de se fazer o preventivo. Uma vez que já existem relatos enfatizando que a falha na educação em saúde limita a utilização de forma adequada da informação em saúde a fim de proteger-se.

Fala do MS interagindo com os usuários sobre o tema:

“Bom dia, E. É importante lembrar que a vacinação é uma ferramenta de prevenção e não substitui o rastreamento do câncer do colo do útero em mulheres na faixa etária entre 25 e 64 anos. Assim, as meninas vacinadas, só terão recomendação para o rastreamento quando atingirem a faixa etária preconizada para o exame Papanicolau e já tiverem vida sexual ativa.”

“A vacina e o exame são estratégias complementares. A vacinação é uma ferramenta de prevenção primária antes da entrada do vírus no organismo e não substitui o rastreamento do câncer de colo de útero que já esteja em evolução. Ou seja, a vacinação previne a contaminação e o papanicolau rastreia o câncer que já está em evolução e pode ser causado pelo vírus HPV. Portanto, é imprescindível manter a realização do exame preventivo (exame de Papanicolau). Confira os esclarecimentos do Dr. Jairo Bouer sobre a vacina: <http://goo.gl/uxNSSR> Continuamos à disposição”.

Fala do usuário interagindo com o MS:

“Acho bem interessante a campanha e a combinação de um vídeo, expirada um série, para incentivar crianças, adolescentes e aos pais sobre a vacinação contra o HPV e meningite C. O incrível que temos vacina contra o HPV tanto para meninas de 11 aos 14 anos e também para meninos de 9 aos 14 anos, pois é de suma importância também vacinar aquele adolescente, para garantir a prevenção do HPV na fase adulta.”

Há um notável alcance do Facebook no compartilhamento de informações, de caráter interativo e instantânea de conteúdo pelo usuário e a comunicação multidirecional. Tudo isso comprova a natureza dinâmica e flexível das aplicações de rede social de construção coletiva (VANDELANOTTE et al., 2014). Os “posts”, “curtidas”, “comentários” e “compartilhamento”, por conseguinte, foram o alicerce para a construção da rede entre os usuários, através do diálogo recíproco.

Embora o Ministério da saúde, nesses 10 anos, tenha feito postagens sobre o câncer do colo do útero e seu papel das campanhas vacinais tem se mostrado significativo para o alcance desses resultados, percebe-se uma falha relacionada ao espaçamento e regularidade entre as

postagens relacionada à realização do papanicolau, fazendo com que a campanha de prevenção secundária fique descentralizada. Isso foi constatado pois no Calendário da Saúde, proposto pelo Ministério da Saúde, que desenvolve campanhas durante todos os meses do ano, com enfoque preventivo em doenças específicas não foi definido mês específico para tal campanha. A exemplo disso, no mês de setembro, a campanha “Setembro Amarelo” realizada com enfoque na prevenção ao suicídio e “Outubro Rosa” com o propósito de prevenir contra câncer de mama.

O “Março lilás” conhecido por enfatizar a prevenção ao câncer do colo do útero, não participa da campanha nacional. Apenas alguns estados realizam de maneira independentes sobre o tema. Por tal fato, implementar Março lilás como campanha nacional poderia ser mais positivo na disponibilização do acesso a informação e ida as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

5. DISCUSSÃO

O câncer do colo do útero é uma doença que apresenta prognóstico favorável quando as lesões malignas são diagnosticadas precocemente (BARBOSA et al., 2016; MUSA et al., 2017; TEOH et al., 2019), no entanto ainda representa uma das principais causas de morte da população feminina no Brasil (FERREIRA; FERREIRA; KOIFMAN, 2019; SOURCES et al., 2018). Como as RSO estão sendo cada vez mais usadas por organizações não governamentais e serviços de saúde para incentivar o crescimento de redes de apoio social entre pessoas com problemas de saúde (ID; LEE; LIU, 2017; SIEGEL et al., 2018), há de se esperar que as mesmas estejam também sendo utilizadas em estratégias de prevenção de doenças.

Até o momento, poucos estudos têm investigado como os órgãos públicos utilizam as RSO em suas estratégias de educação em saúde (KEARNEY et al., 2019; RADZIKOWSKI et al., 2015b). Ademais, as mídias utilizadas na veiculação de informações pelas RSO facilitam a comunicação e podem ser relevantes para o processo de educação em saúde (LEVIN-ZAMIR et al., 2017; PARACKAL et al., 2017) como, por exemplo, na conscientização da população sobre a prevenção do câncer do colo do útero. Para tanto, o MS utiliza a RSO *Facebook* para dialogar com a população, sendo essa uma ferramenta *online* que pode ser utilizada nas intervenções de promoção da saúde relacionadas aos cânceres, em especial ao câncer do colo

de útero. Assim, o objetivo da presente Dissertação foi analisar como as postagens sobre o câncer do colo do útero pelo MS no *Facebook* são recebidas pelos usuários.

Mostramos que de fato o MS utiliza a RSO *Facebook* para veicular informações sobre o câncer do colo do útero, haja vista que aproximadamente 2.500 comentários mantinham relação com o tema. Interessantemente, cerca da metade do conteúdo destes comentários se relacionaram com o descritor “HPV”, tendo os outros 30% relação com o descritor “útero” e o restante com “março lilás” e “exames preventivos”. Esta análise mostra que as questões relacionadas à vacinação contra o HPV movimentam as discussões sobre o tema “câncer do colo do útero” na comunidade virtual da página do MS no *Facebook*. Essa resposta talvez esteja relacionada às polêmicas e notícias falsas (*fake news*) acerca da vacinação, frequentemente destacadas pela literatura científica nacional e internacional (CARVALHO et al., 2019; DA FONSECA VIEGAS et al., 2019; TEOH, 2019).

De fato, um crescente número de estudos tem sugerido que a hesitação em aderir a vacinação representa uma séria ameaça aos programas de vacinação contra o HPV em todo o mundo e conseqüentemente no controle do câncer do colo do útero (WIYEH et al., 2018; KARAFILLAKIS et al., 2019; MARSHALL et al., 2019; SIU et al., 2019). Neste sentido, a preocupação do MS em esclarecer dúvidas sobre este tema em sua página no *Facebook* merece reconhecimento. Evidências recentes de que os debates *online* sobre temas polêmicos em saúde, como a vacinação contra o HPV, podem ser positivos para conscientização da população quanto a prevenção do câncer do colo do útero tem sido mostrada em estudos com *Twitter* (ZHANG et al., 2019), *Instagram* (KEARNEY et al., 2019), *Youtube* (EKRAM et al., 2019) e *Facebook* (Wiyeh et al., 2019), porém, este é o primeiro estudo nacional que evidencia tal façanha pelo MS.

Por outro lado, quando se realiza a análise de frequência de palavras do conteúdo dos comentários sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook* nota-se que termos relacionados à prevenção secundária, como Papanicolau e preventivo aparecem com frequência inferior a 3%. Esse dado é preocupante, pois evidencia a falta ou a pobre discussão sobre os métodos de detecção precoce da doença. Além disso, quando a análise é realizada por categorias de descritores de busca, nota-se, que para a maioria, as palavras de maior frequência estão relacionadas com o vírus HPV, o que é confirmado pela análise temática onde a prevenção primária predominou entre os temas abordados nos comentários do MS. Estudos recentes tem reforçado a necessidade do desenvolvimento de estratégias mais efetivas para a melhoria da adesão das mulheres aos programas de diagnóstico precoce do câncer do colo do útero (BAEZCONDE-GARBANATI et al., 2019; BLACK; HYSLOP; RICHMOND,

2019; KIENEN et al., 2018), enfatizando a necessidade de uma reavaliação sobre o foco dos esforços do MS no uso das RSO para o controle deste tipo de câncer.

Diante do fato de que a maioria das mortes de mulheres pelo câncer do colo do útero ocorrem em detrimento do diagnóstico tardio (ID; ID, 2019; LAURENT-LEDRU et al., 2019; MUSA et al., 2017; THOMPSON et al., 2019), a constante discussão e aprofundamento sobre os métodos de detecção precoce podem ser decisivos para o sucesso da utilização das RSO como coadjuvantes no processo de controle desta malignidade. Além disso, sabe-se também que a faixa etária de maior chance de morte por câncer do colo do útero é acima dos 40 anos (CHAO; XU; LONKY, 2019; INCA, 2016) idade esta onde a vacinação contra o HPV é pouco efetiva na prevenção das lesões malignas (LAURENT-LEDRU et al., 2019; TEOH et al., 2019) reforçando mais uma vez a necessidade da ampliação do discurso do MS em sua página no *Facebook* sobre outros aspectos do tema, não apenas sobre o HPV.

Reconhecidamente, a RSO *Facebook* permite notável alcance de compartilhamento de informações, de caráter interativo e instantânea de conteúdo pelo usuário baseado em uma comunicação multidirecional (ARIGO et al., 2018b; CHERREZ OJEDA et al., 2018). Isso mostra a natureza dinâmica e flexível das aplicações das RSO na construção coletiva de conhecimento (VANDELANOTTE et al., 2014), fundamental para o processo de empoderamento em saúde. Os “*posts*”, “*curtidas*”, “*comentários*” e “*compartilhamentos*”, por conseguinte, parece ser o alicerce para a construção da rede entre os usuários, através do diálogo recíproco (AL MAMUN; IBRAHIM; TURIN, 2015; LWIN; LU; SHELDENKAR, 2018; PARACKAL et al., 2017). Mostramos em nosso estudo a interação entre os usuários e o MS se deu em grande parte através de compartilhamentos e curtidas, o que sugere que a população incorpora essas informações na manutenção de suas redes. Como muitos estudos recentes têm mostrado que a disseminação de informações sobre saúde nas RSO por órgãos governamentais são efetivos em termos de mobilização e interação dos usuários (KEARNEY et al., 2019b; PARK et al., 2019; SHANAHAN; BRENNAN; HOUSE, 2019; VAN DRAANEN et al., 2019), é relevante se pensar no aprimoramento da utilização destas ferramentas pelos órgãos públicos. Assim, compreender como o MS faz uso das RSO em suas estratégias de comunicação em saúde pode auxiliar no delineamento de estratégias mais assertivas que fazem uso destas ferramentas no empoderamento da população.

Todavia, mais uma vez, o descritor “HPV” obteve o maior número de compartilhamentos e curtidas, o que reforça a hipótese de que as prevenções primárias são o foco das ações do MS na página do *Facebook*. De fato, a maioria dos estudos que relacionam o uso das RSO com o câncer do colo do útero são voltados para a vacinação contra o HPV,

especialmente no *Twitter* e *Instagram* (KEIM-MALPASS et al., 2017; LAURENT-LEDROU et al., 2019; LE et al., 2019; MASSEY et al., 2018; ORTIZ et al., 2018; SHAPIRO et al., 2017). Os que avaliaram o *Facebook*, focam na relevância da disseminação de informações de qualidade para garantia da adesão às campanhas de vacinação contra o HPV (LEE; CHO, 2017; MOHANTY et al., 2018; WIYEH et al., 2019; ZHANG et al., 2015)

Mesmo que a vacinação contra os principais subtipos do HPV seja ofertada gratuitamente na rede pública, a adesão ainda é muito baixa (CHEHUEN NETO et al., 2016; LAURENT-LEDROU et al., 2019; TEOH et al., 2019), o que justifica a necessidade de constante reforço informativo sobre o tema. Novamente, embora relevantes, estas evidências reforçam a hipótese de que os esforços na utilização das RSO para o fortalecimento das estratégias de controle do câncer do colo do útero ainda estão direcionados aos aspectos ligados à prevenção primária.

As ações de educação em saúde direcionadas ao diagnóstico precoce do câncer do colo do útero assumem também papel importante para a saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento, onde as avaliações econômicas sugerem que os programas de rastreamento oferecem um grande impacto na economia de gastos com saúde relacionados com esta malignidade (RATUSHNYAK; HOOGENDOORN; VAN BAAL, 2019). Além disso, como a vacina contra o HPV é destinada ao grupo etário de 9 a 14 anos e protege apenas contra os sorotipos mais oncogênicos (CHEHUEN NETO et al., 2016; ZANINI et al., 2017), a prevenção secundária é de extrema importância em mulheres com idade superior aos 25 anos, principalmente para aquelas que se encontram em situação de risco, ou seja, que já iniciaram a vida sexual e não possuem a imunização contra o vírus (LAURENT-LEDROU et al., 2019; TEJADA et al., 2017), sugerindo a necessidade da incorporação destes conceitos no conteúdo informativo sobre o câncer do colo do útero na página do MS no *Facebook*.

Diante da crescente popularização das RSO e sua utilidade para explorar comportamentos em saúde (KEARNEY et al., 2019a) e diante do fato de que os níveis de conscientização e educação em saúde melhoram a economia e aumentam as taxas de imunização e prevenção do câncer do colo do útero (KEIM-MALPASS et al., 2017; TEOH et al., 2019) e desta maneira, cada esforço realizado para melhorar a informação em saúde contribui para atender as necessidades da população (ID; LEE; LIU, 2017; LEVIN-ZAMIR; BERTSCHI, 2018; ROCCETTI et al., 2017), nosso estudo corrobora com informações relacionadas à disseminação de informações sobre a atuação do MS no controle do câncer do colo do útero.

6. CONCLUSÃO

A página do Ministério da Saúde no *Facebook* tem disseminado conteúdo relacionado ao câncer do colo do útero, no entanto, as postagens em sua maioria, parecem se relacionar apenas com a prevenção primária, uma vez que tanto a análise de frequência de palavras dos comentários quanto a análise temática evidenciaram que a dinâmica das discussões é focada na vacinação contra o HPV. Reconhecendo a relevância da divulgação de informações de qualidade nas RSO para o empoderamento em saúde individual e coletivo, e a importância do incentivo a comportamentos protetivos contra o câncer do colo do útero, como a adesão aos programas de diagnóstico precoce, os dados aqui apresentados sugerem a necessidade de uma reavaliação por parte do MS no uso do *Facebook* como ferramenta coadjuvante no processo de empoderamento em saúde da população quanto ao controle do câncer do colo do útero. Acreditamos que, para contemplar todos os aspectos vinculados a redução da mortalidade por este tipo de câncer, conteúdos relativos ao diagnóstico precoce merecem ser mais amplamente divulgados para a população.

REFERÊNCIAS

- ABEDIN, T. et al. Social Media as a Platform for Information About Diabetes Foot Care: A Study of Facebook Groups. **Canadian Journal of Diabetes**, v. 41, n. 1, p. 97–101, 2017.
- AGUIAR, A. **Instagram: saiba tudo sobre esta rede social!** Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/instagram/>>. Acesso em: 24 set. 2019.
- AL MAMUN, M.; IBRAHIM, H. M.; TURIN, T. C. Social Media in Communicating Health Information: An Analysis of Facebook Groups Related to Hypertension. **Preventing Chronic Disease**, v. 12, p. 140265, 2015.
- ANA, F. A. et al. Mobile applications in oncology: A systematic review of health science databases. **International Journal of Medical Informatics**, v. 133, 2020.
- APPERSON, A. et al. Facebook Groups on Chronic Obstructive Pulmonary Disease: Social Media Content Analysis. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 20, 2019.
- ARIGO, D. et al. Using social media for health research: Methodological and ethical considerations for recruitment and intervention delivery. **Digital health**, v. 4, p. 2055207618771757, 2018a.
- ARIGO, D. et al. Using social media for health research: Methodological and ethical considerations for recruitment and intervention delivery. **Digital Health**, v. 4, p. 205520761877175, 2018b.
- ATTAI, D. J. et al. Twitter Social Media is an Effective Tool for Breast Cancer Patient Education and Support: Patient-Reported Outcomes by Survey. **Journal of medical Internet research**, v. 17, n. 7, p. e188, 2015.
- AUSTIN, L. et al. How Audiences Seek Out Crisis Information : Exploring the Social-Mediated Crisis Communication Model How Audiences Seek Out Crisis Information : Exploring the Social- Mediated Crisis Communication Model. n. April 2015, p. 37–41, 2012.
- BAEZCONDE-GARBANATI, L. et al. Barriers and innovative interventions for early detection of cervical cancer. **Salud Publica de Mexico**, v. 61, n. 4, p. 456–460, 2019.
- BARBOSA, I. R. et al. Desigualdades regionais na mortalidade por câncer de colo de útero no Brasil: tendências e projeções até o ano 2030. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 1, p. 253–262, 2016.
- BILOTTI, C. C. et al. m-Health no controle do câncer de colo do útero: pré-requisitos para o desenvolvimento de um aplicativo para smartphones. **Revista Eletrônica de Comunicação**,

Informação e Inovação em Saúde, v. 11, n. 2, p. 1–18, 2017a.

BILOTTI, C. C. et al. m-Health no controle do câncer de colo do útero : pré-requisitos para o desenvolvimento de um aplicativo para smartphones m-Health on the cervical cancer control : prerequisites for developing a smartphone application m-Health en el control del cáncer de. v. 11, n. 2, 2017b.

BLACK, E.; HYSLOP, F.; RICHMOND, R. Barriers and facilitators to uptake of cervical cancer screening among women in Uganda: A systematic review. **BMC Women's Health**, v. 19, n. 1, p. 1–12, 2019.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007.

BRASIL. **As cartas da Promoção da Saúde**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CARVALHO, F. F. B.; COHEN, S. C.; AKERMAN, M. Reflecting on the established in Health Promotion to problematize ‘dogmas’. **Saúde em Debate**, v. 41, n. spe3, p. 265–276, 2017.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 4, p. 1088–1095, 2004.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. suppl 2, p. 2029–2040, 2008.

CHANDRASEKARAN, N. et al. The Utility of Social Media in Providing Information on Zika Virus. **Cureus**, v. 9, n. 10, 2017.

CHAO, C. R.; XU, L.; LONKY, N. M. Adherence to Cervical Cancer Screening Guidelines Among Women Aged 66–68 Years in a Large Community-Based Practice. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 57, n. 6, p. 757–764, 2019.

CHEHUEN NETO, J. A. et al. Atitudes dos pais diante da vacinação de suas filhas contra o HPV na prevenção do câncer de colo do útero. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 248–251, 2016.

CHERREZ OJEDA, I. et al. Ecuadorian Cancer Patients’ Preference for Information and Communication Technologies: Cross-Sectional Study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 20, n. 2, p. e50, 2018.

CHIAPPERINO, L.; TENGLAND, P. A. Empowerment in healthcare policy making: Three domains of substantive controversy. **Health Promotion Journal of Australia**, v. 26, n. 3, p. 210–215, 2015.

- CHO, M.; SCHWEICKART, T.; HAASE, A. Public engagement with nonprofit organizations on Facebook. **Public Relations Review**, p. 8–10, 2014.
- COLBERT, G. B. et al. The Social Media Revolution in Nephrology Education. **Kidney International Reports**, v. 3, n. 3, p. 519–529, 2018.
- COLINEAU, N.; PARIS, C. Talking about your health to strangers: Understanding the use of online social networks by patients. **New Review of Hypermedia and Multimedia**, v. 16, n. 1–2, p. 141–160, 2010.
- FACEBOOK. **No Title**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/minsaude/>>.
- FEDELE, D. A. et al. Mobile health interventions for improving health outcomes in youth a meta-analysis. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 57, n. 6, p. 461–469, 2019.
- FERNANDES, B. **Facebook faz 14 anos: veja curiosidades sobre a história da rede social**. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/facebook-faz-14-anos-veja-curiosidades-sobre-a-historia-da-rede-social.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- FERREIRA, I.; FERREIRA, I.; KOIFMAN, R. J. Cervical Cancer Treatment Delays and Associated Factors in a Cohort of Women From a Developing Country original report abstract. p. 1–11, 2019.
- FISHER, B.; KIM, S. Public Relations Review How organizations framed the 2009 H1N1 pandemic via social and traditional media : Implications for U . S . health communicators. **Public Relations Review**, v. 37, n. 3, p. 233–244, 2011.
- GABARRON, E. et al. Social media for health promotion in diabetes: study protocol for a participatory public health intervention design. **BMC health services research**, v. 18, n. 1, p. 414, 2018.
- GARBIN, H. B. D. R.; NETO, A. D. F. P.; GUILAM, M. C. R. A internet, o paciente expert e a prática médica: Uma análise bibliográfica. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 12, n. 26, p. 579–588, 2008.
- GITTELMAN, S. et al. A New Source of Data for Public Health Surveillance : Facebook Likes Corresponding Author : v. 17, p. 1–10, 2015.
- GONÇALVES, C. V. et al. O conhecimento de mulheres sobre os métodos para prevenção secundária do câncer de mama. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4073–4082, 2017.
- GROSSI, M.; LOPES, A. A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação nas redes sociais pelos universitários brasileiros. **Texto Digital**, v. 10, n. 1, p. 4–23, 2014.
- GUIDRY, J. P. D. et al. Ebola on Instagram and Twitter : How health organizations address the health crisis in their social media engagement. **Public Relations Review**, n. April, p. 0–1, 2017.

- HALE, T. M. et al. Representation of Health Conditions on Facebook : Content Analysis and Evaluation of User Engagement Corresponding Author : v. 16, n. 8, p. 1–16, 2014.
- HAMMERSEN, F. et al. Hinweise auf soziale Ungleichheit im Informationsverhalten und in der Informationsbewertung junger Frauen mit Brustkrebs – Ergebnisse der Kohortenstudie „gemeinsam gesund werden“. **Theriogenology**, 2018.
- HAN, C. J.; LEE, Y. J.; DEMIRIS, G. Interventions Using Social Media for Cancer Prevention and Management: A Systematic Review. **Cancer nursing**, p. 1, 27 jul. 2017.
- HOBSON, G. et al. Mobile health for first nations populations: Systematic review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 21, n. 10, 2019.
- HOUGHTON, C. et al. From screening to synthesis: using nvivo to enhance transparency in qualitative evidence synthesis. **Journal of Clinical Nursing**, v. 26, n. 5–6, p. 873–881, 2017.
- HUESCH, M. et al. Frequencies of private mentions and sharing of mammography and breast cancer terms on facebook: A pilot study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 19, n. 6, 2017.
- ID, B. N.; ID, D. S. Socioeconomic determinants of cancer screening utilisation in Latin America : A systematic review. p. 1–18, 2019.
- ID, P. Y.; LEE, W.; LIU, H. Use of Facebook by Hospitals in Taiwan : A Nationwide Survey. n. September 2017, 2017.
- INCA. **Controle CCU**. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/controlado-cancer-do-colo-do-utero/conceito-e-magnitude>>.
- INCA. **Câncer do Colo do Útero**. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- JOHN, D. et al. Computers in Human Behavior A tale of two sites : Twitter vs . Facebook and the personality predictors of social media usage. **Computers in Human Behavior**, v. 28, n. 2, p. 561–569, 2012.
- KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons**, v. 53, n. 1, p. 59–68, 2010.
- KEARNEY, M. D. et al. Characterizing HPV Vaccine Sentiments and Content on Instagram. 2019a.
- KEARNEY, M. D. et al. Characterizing HPV Vaccine Sentiments and Content on Instagram. **Health education & behavior : the official publication of the Society for Public Health Education**, v. 46, n. 2, p. 37–48, 2019b.
- KEIM-MALPASS, J. et al. Using Twitter to Understand Public Perceptions Regarding the #HPV Vaccine: Opportunities for Public Health Nurses to Engage in Social Marketing.

Public Health Nursing, v. 34, n. 4, p. 316–323, 2017.

KIENEN, N. et al. Cervical cancer screening among underscreened and unscreened Brazilian women: Training community health workers to be agents of change. **Progress in Community Health Partnerships: Research, Education, and Action**, v. 12, n. Special Issue, p. 111–119, 2018.

KIM, T.; ZUCKERMAN, J. E. Realizing the potential of telemedicine in global health. **Journal of global health**, v. 9, n. 2, p. 020307, 2019.

LACHLAN, K. A. et al. Computers in Human Behavior Social media and crisis management : CERC , search strategies , and Twitter content. **COMPUTERS IN HUMAN BEHAVIOR**, 2015.

LAURENT-LEDRU, V. et al. Comparison of Different Recruitment Methods for Sexual and Reproductive Health Research : Social Media – Based Versus Conventional Methods Corresponding Author : **Vaccine**, v. 33, n. 3, p. 1–7, 11 jun. 2019.

LAZARD, A. J. et al. American Journal of Infection Control Detecting themes of public concern : A text mining analysis of the Centers for Disease Control and Prevention ' s Ebola live Twitter chat. **American Journal of Infection Control**, p. 1–3, 2015.

LE, G. M. et al. Perceptions of cervical cancer prevention on Twitter uncovered by different sampling strategies. **Journal of Cancer Education**, v. 22, n. 1, p. 1–14, 11 jun. 2019.

LEE, M. J.; CHO, J. Promoting HPV Vaccination Online: Message Design and Media Choice. **Health Promotion Practice**, v. 18, n. 5, p. 645–653, 2017.

LEVIN-ZAMIR, D. et al. Health Behavior Change: Moving from Observation to Intervention. **Annual Review of Psychology**, v. 68, n. 7, p. 573–600, 2017.

LEVIN-ZAMIR, D.; BERTSCHI, I. Media Health Literacy , eHealth Literacy , and the Role of the Social Environment in Context. p. 1–12, 2018.

LIMA, S. G. P. et al. A utilização de Redes Sociais Digitais na área da saúde. **Saúde e Pesquisa**, v. 8, n. Edição Especial, p. 79–91, 2015.

LOPES, A. A. F. Cuidado e Empoderamento: A construção do sujeito responsável por sua saúde na experiência do diabetes1. **Saude e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 486–500, 2015.

LWIN, M. O.; LU, J.; SHELDENKAR, A. Strategic Uses of Facebook in Zika Outbreak Communication : Implications for the Crisis and Emergency Risk Communication Model. 2018.

MARIA, R. et al. Um olhar sobre a promoção da saúde e a prevenção de complicações : diferenças de contextos. 2016.

MARQUES-TOLEDO, C. DE A. et al. Dengue prediction by the web: Tweets are a useful

- tool for estimating and forecasting Dengue at country and city level. **PLoS Neglected Tropical Diseases**, v. 11, n. 7, p. 1–20, 2017.
- MASSEY, P. M. et al. What Drives Health Professionals to Tweet About # HPVvaccine? Identifying Strategies for Effective Communication. p. 1–10, 2018.
- MÁSSIMO, E. DE A. L.; FREITAS, M. I. DE F. Riscos para doenças crônicas não transmissíveis na ótica de participantes do Vigitel. **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 651–663, 2014.
- MAYBERRY, L. S. et al. mHealth Interventions for Disadvantaged and Vulnerable People with Type 2 Diabetes. 2019.
- MENDES, W. et al. Low coverage of HPV vaccination in the national immunization programme in Brazil: Parental vaccine refusal or barriers in health- service based vaccine delivery? p. 1–14, 2018.
- MESQUITA, A. C. et al. As redes sociais nos processos de trabalho em enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, p. 1–12, 2017.
- MESSOUDI, W. et al. Ac ce us cr. **Journal of Medical Economics**, v. 0, n. 0, p. 000, 2019.
- MOGUL, D. B.; HENDERSON, M. L.; BRIDGES, J. F. P. Expanding the Facebook Platform to Engage and Educate Online Communities. **American Journal of Gastroenterology**, v. 113, n. 4, p. 457–458, 2018.
- MOHANTY, S. et al. Using Facebook to reach adolescents for human papillomavirus (HPV) vaccination. **Vaccine**, v. 36, n. 40, p. 5955–5961, 2018.
- MOREIRA, F. M.; PINHEIRO, M. M. K. Ministério da Saúde no facebook: um estudo de caso da política de informação. **Informação & Informação**, v. 20, n. 3, p. 147–174, 2015.
- MUSA, J. et al. Effect of cervical cancer education and provider recommendation for screening on screening rates: A systematic review and meta-analysis. p. 1–28, 2017.
- OIKONOMIDI, T. et al. A Methodologic Systematic Review of Mobile Health Behavior Change Randomized Trials. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 57, n. 6, p. 836–843, 2019.
- ORTIZ, R. R. et al. Development and Evaluation of a Social Media Health Intervention to Improve Adolescents' Knowledge About and Vaccination Against the Human Papillomavirus. **Global Pediatric Health**, v. 5, p. 2333794X1877791, 2018.
- PARACKAL, M. et al. The Use of Facebook Advertising for Communicating Public Health Messages: A Campaign Against Drinking During Pregnancy in New Zealand Corresponding Author: **jmir public health surveill**, v. 3, p. 1–9, 2017.
- PARK, A. et al. Adopting Social Media for Improving Health. **North Carolina Medical**

Journal, v. 80, n. 4, p. 240–243, 2019.

PARTRIDGE, S. R. et al. Facebook groups for the management of chronic diseases. **Journal of Medical Internet Research**, v. 20, n. 1, p. 1–6, 2018.

PATEL, R. et al. Social media use in chronic disease: A systematic review and novel taxonomy. **American Journal of Medicine**, v. 128, n. 12, p. 1335–1350, 2015.

POSSOLLI, G. E.; DO NASCIMENTO, G. L.; DA SILVA, J. O. M. A Utilização do Facebook no Contexto Acadêmico: o Perfil de Utilização e as Contribuições Pedagógicas e para Educação em Saúde. **Renote**, v. 13, n. 1, p. 1–10, 2015.

RADZIKOWSKI, J. et al. Collecting and Analyzing Patient Experiences of Health Care From Social Media Corresponding Author : **Public Relations Review**, v. 37, n. 3, p. 224–239, 2015a.

RADZIKOWSKI, J. et al. The Measles Vaccination Narrative in Twitter : A Quantitative Analysis Corresponding Author : **Public Relations Review**, v. 37, n. 3, p. 224–239, 2015b.

RADZIKOWSKI, J. et al. The Measles Vaccination Narrative in Twitter : A Quantitative Analysis Corresponding Author : v. 2, 2016.

RATUSHNYAK, S.; HOOGENDOORN, M.; VAN BAAL, P. H. M. Cost-Effectiveness of Cancer Screening: Health and Costs in Life Years Gained. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 57, n. 6, p. 792–799, 2019.

ROCCETTI, M. et al. Attitudes of Crohn ’ s Disease Patients : Infodemiology Case Study and Sentiment Analysis of Facebook and Twitter Posts Corresponding Author : v. 3, n. 3, p. 1–8, 2017.

SHANAHAN, N.; BRENNAN, C.; HOUSE, A. Self-harm and social media: Thematic analysis of images posted on three social media sites. **BMJ Open**, v. 9, n. 2, p. 1–6, 2019.

SHAPIRO, G. K. et al. Comparing human papillomavirus vaccine concerns on Twitter: A cross-sectional study of users in Australia, Canada and the UK. **BMJ Open**, v. 7, n. 10, p. 1–10, 2017.

SIEGEL, J. P. S. F. et al. Substantial utilization of Facebook , Twitter , YouTube , and Instagram in the prostate cancer community. **World Journal of Urology**, n. 0123456789, 2018.

SILVA, A. B. et al. Prevenção do câncer cervicouterino: uma ação realizada pelos enfermeiros da estratégia saúde da família? **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 2, p. 99–114, 2017.

SOURCES, D. et al. Screening for Cervical Cancer With High-Risk Human Papillomavirus Testing Updated Evidence Report and Systematic Review for the US Preventive Services

- Task Force. v. 95817, n. 7, p. 687–705, 2018.
- SOUZA, J. M. DE et al. Aplicabilidade prática do empowerment nas estratégias de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 7, p. 2265–2276, 2014.
- STREKALOVA, Y. A. Health Risk Information Engagement and Amplification on Social Media : News About an Emerging Pandemic on Facebook. 2016.
- TAGGART, T. et al. Social media and HIV: A systematic review of uses of social media in HIV communication. **Journal of Medical Internet Research**, v. 17, n. 11, 2015.
- TALEGHANI, F. et al. Empowerment Needs of Women With Breast Cancer: A Qualitative Study. **Iranian Red Crescent Medical Journal**, v. 16, n. 11, p. 30–35, 2014.
- TEJADA, R. A. et al. Human papillomavirus vaccine efficacy in the prevention of anogenital warts: systematic review and meta-analysis. **Salud Publica De Mexico**, v. 59, n. 1, p. 84–94, 2017.
- TENGLAND, P. Empowerment: uma discussão conceitual. p. 77–96, 2008a.
- TENGLAND, P. A. Empowerment: A goal or a means for health promotion? **Medicine, Health Care and Philosophy**, v. 10, n. 2, p. 197–207, 2007.
- TENGLAND, P. A. Empowerment: A conceptual discussion. **Health Care Analysis**, v. 16, n. 2, p. 77–96, 2008b.
- TENGLAND, P. A. Behavior Change or Empowerment: On the Ethics of Health-Promotion Goals. **Health Care Analysis**, v. 24, n. 1, p. 24–46, 2016a.
- TENGLAND, P. A. Behavior Change or Empowerment: On the Ethics of Health-Promotion Goals. **Health Care Analysis**, v. 24, n. 1, p. 24–46, 2016b.
- TENÓRIO, L. C. F. R. M. et al. Educação em saúde através das novas tecnologias da informação e comunicação: uma análise da (re)orientação dos nativos digitais no ciberespaço. **Linkscienceplace**, v. 1, n. 1, p. 179–192, 2014.
- TEOH, D. et al. Low coverage of HPV vaccination in the national immunization programme in Brazil : Parental vaccine refusal or barriers in health- service based vaccine delivery? **Journal of Medical Economics**, v. 0, n. 1, p. 1–14, 11 jun. 2019.
- THOMPSON, E. L. et al. Recent changes in cervical cancer screening guidelines : U . S . women ’ s willingness for HPV testing instead of Pap testing. **Preventive Medicine**, v. 130, n. May 2019, p. 105928, 2019.
- VALE, ET. AL. Estratégias de empoderamento em saúde : diálogo entre o Plano Municipal e o relatório da Conferência de Saúde. v. 09, 2018.
- VAN DRAANEN, J. et al. Keeping up with the times: How national public health and governmental organizations communicate about cannabis on Twitter. **Substance Abuse:**

Treatment, Prevention, and Policy, v. 14, n. 1, p. 1–7, 2019.

VANDELANOTTE, C. et al. Examining the use of evidence-based and social media supported tools in freely accessible physical activity intervention websites. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 11, n. 1, p. 1–12, 2014.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D.; FERREIRA, F. R. Padrões de buscas sobre câncer na internet: reatividades, riscos e afetos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 861–870, 2016.

VERMELHO, S. C. ET AL. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educ.Soc.Campinas**, v. 35, p. 179–196, 2014.

VERMELHO SÔNIA CRISTINA, V. A. P. M. B. V. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 863–881, 2015.

WALI, S. et al. Investigating the use of mobile health interventions in vulnerable populations for cardiovascular disease management: Scoping review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 21, n. 10, p. 1–9, 2019.

WALKER, T.; PALERMO, C.; KLASSEN, K. Considering the impact of social media on contemporary improvement of Australian Aboriginal health: Scoping review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 21, n. 2, p. 1–8, 2019.

WATSON, J. Social Media Use in Cancer Care. **Seminars in Oncology Nursing**, v. 34, n. 2, p. 126–131, 2018.

WIYEH, A. B. et al. Social media and HPV vaccination: Unsolicited public comments on a Facebook post by the Western Cape Department of Health provide insights into determinants of vaccine hesitancy in South Africa. **Vaccine**, v. 37, n. 43, p. 6317–6323, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Community participation in local health and sustainable development**. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/107341>>. Acesso em: 26 maio. 2018.

YOUNG, S. D. et al. Using social media as a tool to predict syphilis. **Preventive Medicine**, v. 109, n. December 2017, p. 58–61, 2018.

ZANINI, N. V. et al. Motivos para recusa da vacina contra o Papilomavírus Humano entre adolescentes de 11 a 14 anos no município de Maringá-PR. v. 12, n. 39, p. 1–13, 2017.

ZHANG, N. et al. Facebook for Health Promotion: Female College Students' Perspectives on Sharing HPV Vaccine Information Through Facebook. **Hawai'i journal of medicine & public health : a journal of Asia Pacific Medicine & Public Health**, v. 74, n. 4, p. 136–140, 2015.

ZHOU, L. et al. Electronic Commerce Research and Applications Harnessing social media for

health information management. **Electronic Commerce Research and Applications**, v. 27, p. 139–151, 2018.